

DIREITO CONSTITUCIONAL

Defesa do Estado e das
Instituições Democráticas



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerente de Produção Digital: Bárbara Guerra

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

221104369840



LUCIANO DUTRA

Advogado da União desde 2009, com atuação no Supremo Tribunal Federal. Autor de livros. Professor de Direito Constitucional com ampla experiência em cursos preparatórios para concursos públicos e Exames de Ordem presenciais e on-line. Aprovado em diversos concursos públicos. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pós-graduado em Direito Público. Graduado e pós-graduado em Ciências Militares.

GRAN
CONCURSOS

SUMÁRIO

Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	4
1. Introdução	4
2. Estado de Defesa	4
3. Estado de Sítio	9
4. Forças Armadas	13
5. Segurança Pública	16
6. Súmulas e Jurisprudência Aplicáveis	23
Resumo	25
Exercícios	28
Gabarito	52
Gabarito Comentado	53

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

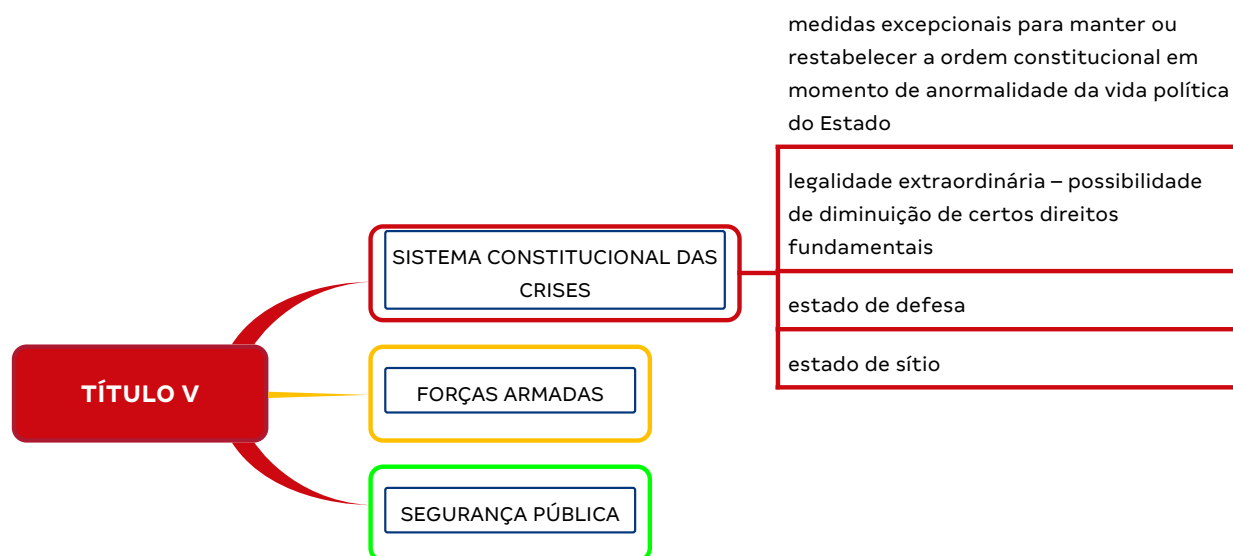
1. INTRODUÇÃO

Olá, meu(minha) aluno(a), como está? Espero que este texto o(a) encontre saudável e feliz!

Vamos tratar, agora, do Título V, que apresenta as normas constitucionais ligadas à defesa do Estado e das instituições democráticas, regulamentando as medidas excepcionais para manter ou restabelecer a ordem constitucional em momentos de anormalidade da vida política do Estado brasileiro, compostas pelo estado de defesa (art. 136) e pelo estado de sítio (arts. 137 a 139), conhecidos como sistema constitucional das crises.

Durante os estados de defesa e de sítio, existirá um período de **legalidade extraordinária**, uma vez que há a possibilidade de suspensão ou diminuição de certos direitos fundamentais.

Ainda, o Título V nos empresta o perfil constitucional das Forças Armadas (arts. 142 e 143) e dos órgãos de segurança pública (art. 144).



Portanto, aperte o cinto que o avião do Gran Cursos Online voltará a decolar. Venha comigo!

2. ESTADO DE DEFESA

Querido(a) aluno(a), as **hipóteses de cabimento** para a decretação do **estado de defesa** estão **exaustivamente** previstas no *caput* do art. 136, que diz que o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar **estado de defesa** para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente **instabilidade institucional** ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Ou seja, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente **instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza (localizada em uma determinada área)**, o Presidente da República, mediante **decreto**, ouvidos o **Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional**, poderá decretar o **estado de defesa**.

Como se nota, a **titularidade** para decretação do estado de defesa é do **Presidente da República**, ouvidos os Conselhos da República e da Defesa Nacional. A oitiva dos Conselhos é **obrigatória**, porém os pareceres emitidos **não são vinculantes**, vale dizer, mesmo com a manifestação contrária dos Conselhos, pode o Presidente da República decidir pela adoção da medida excepcional. Corrobora a titularidade aqui citada o art. 84, inc. IX, segundo o qual compete privativamente ao **Presidente da República** decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

Segundo o § 1º do art. 136, o decreto presidencial que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem.

O **tempo de duração** do estado de defesa **não poderá exceder a 60 dias**, conforme se extrai do § 2º do art. 136, segundo o qual o tempo de duração do estado de defesa **não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período**, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

E o que ocorrerá se, ultrapassados os 60 dias, ainda persistirem os motivos para a decretação do estado de defesa? Nesse caso, o Presidente da República poderá solicitar ao Congresso Nacional a autorização para decretar o estado de sítio.

Perceba que **as áreas a serem abrangidas devem ser restritas e determinadas**.

DIREITO DO CONCURSO

001. O presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa, cujo tempo de duração não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.



Conforme o art. 136, “caput”, e § 2º, da CF/1988, o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional devem ser ouvidos para que possa decretar estado de defesa, e acerca do tempo de duração, ele não será superior a trinta dias e poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

Certo.

E quais as **medidas coercitivas** poderão ser adotadas no estado de defesa? Quem responde é o art. 136, § 1º. Segundo ele, podem ser adotadas as seguintes medidas coercitivas:

I – restrições aos direitos de:

- a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;
- b) sigilo de correspondência;
- c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

II – ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

Ademais, de acordo com o § 3º do art. 136, na vigência do estado de defesa:

I – a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada **imediatamente** ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;

II – a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;

III – a prisão ou detenção de qualquer pessoa **não poderá ser superior a dez dias**, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário. Como se nota, é uma excepcional possibilidade de cerceamento de liberdade, independentemente de ordem judicial, por prazo máximo de 10 dias, o que relativiza o art. 5º, LXI;

IV – é **vedada** a incomunicabilidade do preso.

Durante o estado de defesa, bem como no estado de sítio, conforme veremos mais à frente, haverá controles político e jurídico dessas medidas excepcionais de legalidade extraordinária. Acompanhe-me.

- 1) **Controle político imediato:** realizado logo após o início da medida excepcional. Determina os §§ 4º ao 7º do art. 136 que, decretado o **estado de defesa ou sua prorrogação**, o Presidente da República, dentro de **vinte e quatro horas**, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por **maioria absoluta**. Portanto, o controle político imediato é a aprovação da medida pelo Congresso Nacional. Se o Congresso Nacional estiver em **recesso**, será **convocado, extraordinariamente**, no prazo de **cinco dias**. O Congresso Nacional **apreciará** o decreto dentro de **dez dias** contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa. Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa.

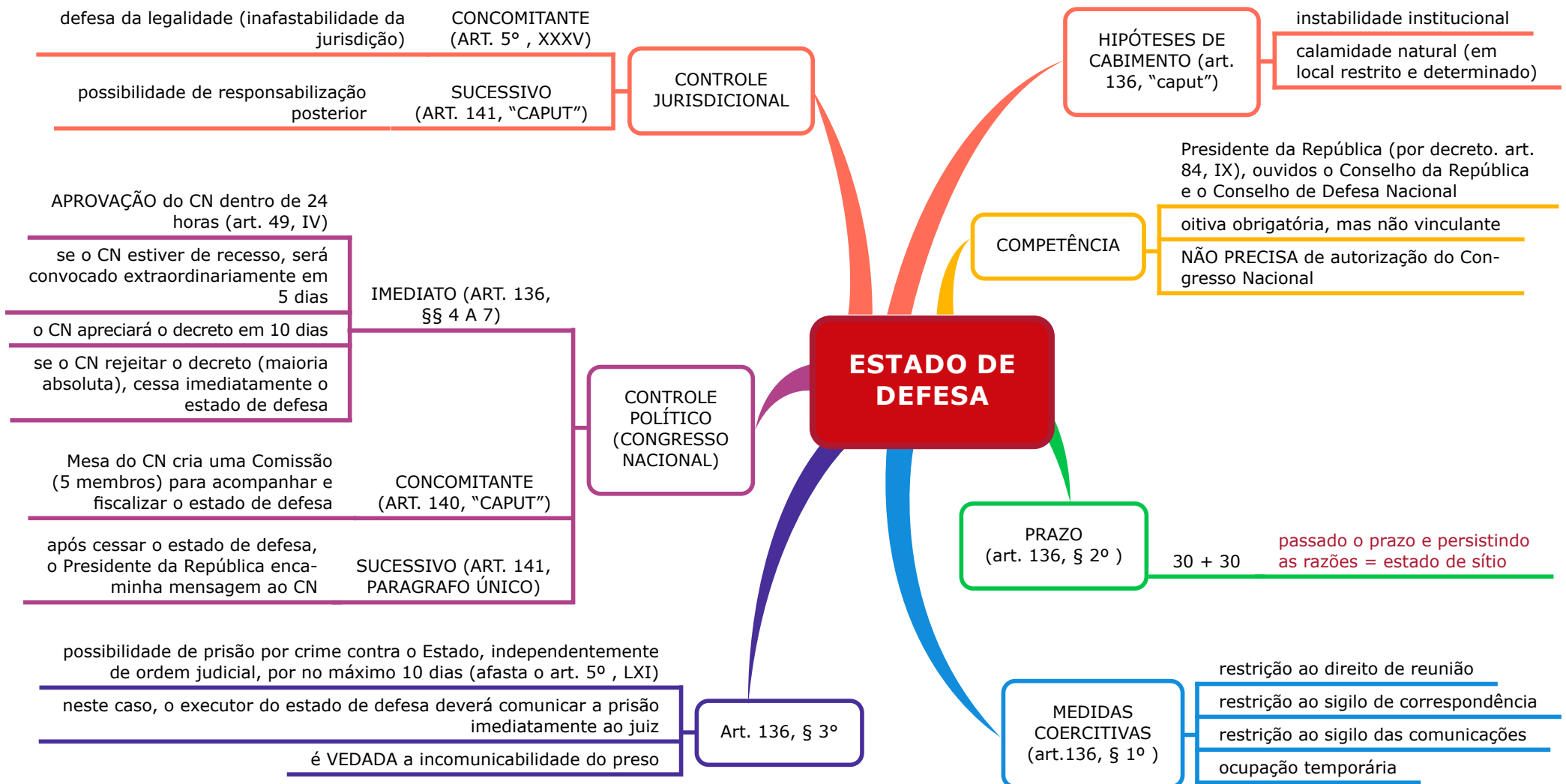
DICA DO LD

No estado de defesa, o Congresso Nacional aprova. No estado de sítio, o Congresso autoriza. É o que está, inclusive, no art. 49, inc. IV, segundo o qual é da competência exclusiva do Congresso Nacional **aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas**.

- 2) **Controle político concomitante:** realizado nos termos do art. 140, segundo o qual a **Mesa do Congresso Nacional**, ouvidos os líderes partidários, **designará Comissão composta de cinco de seus membros** para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.
- 3) **Controle político sucessivo:** realizado conforme o art. 141, parágrafo único, de acordo com o qual logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão **relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional**, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.
- 4) **Controle jurisdicional concomitante:** exercido pelo Poder Judiciário, nos termos do art. 5º, XXXV, para o qual a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Trata-se do controle da legalidade da medida excepcional pelo Poder Judiciário.
- 5) **Controle jurisdicional sucessivo:** realizado conforme o *caput* do art. 141, segundo o qual cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, **sem prejuízo da responsabilidade** pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes. Isso significa que o Poder Judiciário poderá responsabilizar posteriormente aqueles que cometeram atos ilícitos durante a medida excepcional.

DICAS DO LD

- 1) O controle político fica a cargo do Congresso Nacional.
- 2) O controle jurisdicional (ou judicial) é de responsabilidade do Poder Judiciário.



Essas são as informações que precisamos saber sobre o estado de defesa. Estudaremos, agora, a outra medida excepcional que pode ser tomada em momento de anormalidade da vida política nacional, em que se adotará um sistema de legalidade extraordinária chamado de estado de sítio. Vamos lá!

3. ESTADO DE SÍTIO

O estado de sítio é a medida excepcional **mais gravosa**, cujas hipóteses de cabimento estão no art. 137, segundo o qual o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, **solicitar** ao Congresso Nacional autorização para decretar o **estado de sítio** nos casos de:

I – comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

II – declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

Isto é, o **Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar** ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.

Mais uma vez, a **titularidade** para decretação da medida excepcional é do **Presidente da República**, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, sendo que a **manifestação dos Conselhos é meramente opinativa** (não vinculante).

De acordo com o parágrafo único do art. 137, o Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por **maioria absoluta**.

Por sua vez, o *caput* do art. 138 determina que o **decreto** do estado de sítio **indicará sua duração**, as normas necessárias a sua execução e **as garantias constitucionais que ficarão suspensas**, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.

No que tange à **duração** do estado de sítio, há **duas situações** previstas no art. 138, § 1º:

- **Nas hipóteses previstas no art. 137, I** (comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa): a duração do estado de sítio **não poderá ser superior a 30 dias, podendo ser prorrogada sucessivas vezes e sem limites**, enquanto durar a situação de anormalidade constitucional, sendo que cada prorrogação não poderá ser superior a 30 dias (30 + 30 + 30...);
- **Hipóteses previstas no art. 137, II** (declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira): o estado de sítio poderá ser decretado por **todo o tempo** que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira.

Já estudamos as medidas coercitivas que podem ser adotadas no estado de defesa. E, aqui, no estado de sítio, quais as **medidas coercitivas cabíveis**? O art. 139 responde parcialmente. Segundo a norma, na vigência do estado de sítio decretado **com fundamento**

no art. 137, I (comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa), só poderão ser tomadas contra as pessoas **as seguintes medidas**:

- I – obrigação de permanência em localidade determinada;
- II – detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;
- III – restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei;
- IV – suspensão da liberdade de reunião;
- V – busca e apreensão em domicílio;
- VI – intervenção nas empresas de serviços públicos;
- VII – requisição de bens.

Não se inclui nas restrições do inciso III a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberada pela respectiva Mesa.

Perceba que a Constituição Federal só elenca as medidas coercitivas no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

Então quais seriam as medidas coercitivas no caso do art. 137, II (declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira)? Precisamos nos socorrer da doutrina. Conforme observa Pedro Lenza¹, “em relação à decretação de estado de sítio, na hipótese do art. 137, II, qual seja, no caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, **em tese, qualquer garantia constitucional poderá ser suspensa, desde que**: a) tenham sido observados os princípios da necessidade e da temporariedade (enquanto durar a guerra ou resposta a agressão armada estrangeira); b) tenha havido prévia autorização por parte do Congresso Nacional; c) nos termos do art. 138, *caput*, tenha sido indicada, no decreto do estado de sítio, a sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas”.

Agora vamos tratar dos controles político e jurídico do estado de sítio, que se assemelham aos controles do estado de defesa já estudados.

- 1) **Controle político prévio**: o Presidente da República **deve solicitar** ao Congresso Nacional autorização para a decretação do estado de sítio. Conforme os arts. 137, “*caput*”, e 138, §§ 2º e 3º, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional **autorização** para decretar o estado de sítio. Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, **de imediato, convocará extraordinariamente** o Congresso Nacional para se reunir dentro de **cinco dias**, a fim de apreciar o ato. O Congresso Nacional **permanecerá em funcionamento** até o término das medidas coercitivas.

¹ LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 15ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2011. Página 1066.

- 2) **Controle político concomitante:** exatamente o mesmo estudado no estado de defesa. Ou seja, de acordo com o art. 140, a **Mesa do Congresso Nacional**, ouvidos os líderes partidários, **designará Comissão composta de cinco de seus membros** para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

DIRETO DO CONCURSO



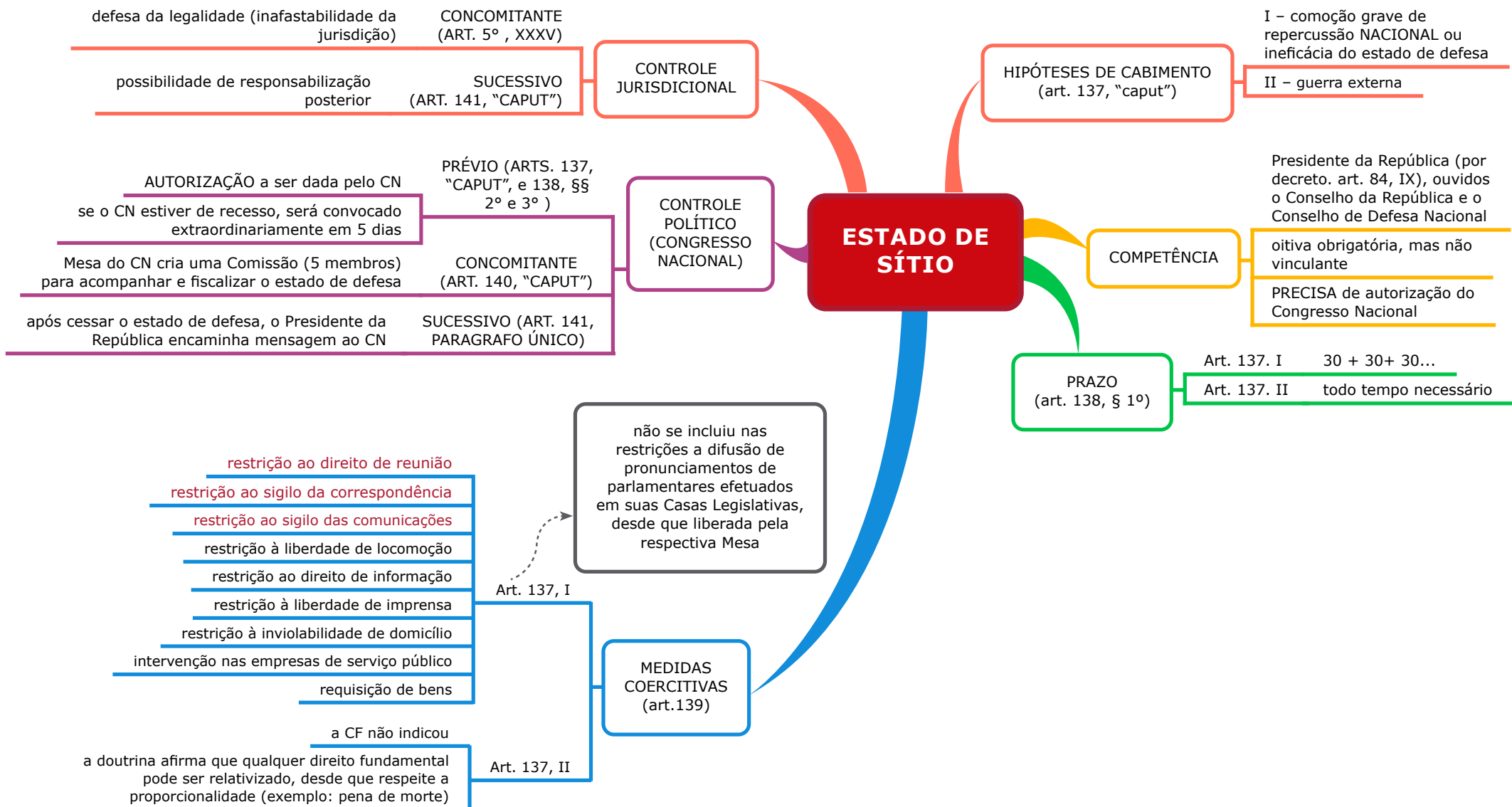
002. Na eventualidade de decretação de estado de defesa ou de estado de sítio, competirá à mesa do Senado Federal, ouvidos os líderes partidários, designar comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas pertinentes.



De acordo com o art. 140, a competência é da Mesa do Congresso Nacional.

Errado.

- 3) **Controle político sucessivo:** também é idêntico ao estudado no estado de defesa. À luz do art. 141, parágrafo único, logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, **as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo Presidente da República**, em **mensagem ao Congresso Nacional**, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.
- 4) **Controle jurisdicional concomitante:** também exercido pelo Poder Judiciário, nos termos do art. 5º, XXXV, para quem a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- 5) **Controle jurisdicional sucessivo:** da mesma maneira que vimos no estado de defesa, de acordo com o art. 141, cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, **sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.**



É isso, terminamos o estudo das medidas excepcionais chamadas de estado de defesa e estado de sítio. Vamos, agora, conhecer o perfil constitucional das Forças Armadas. Venha comigo!

4. FORÇAS ARMADAS

O **conceito** de Forças Armadas é especificado no art. 142, nos seguintes termos: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais **permanentes** e regulares, organizadas com base na **hierarquia** e na **disciplina**, sob a **autoridade suprema do Presidente da República**, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Cabe à **lei complementar** estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

DICAS DO LD

- 1) Dizer que as Forças Armadas são instituições **permanentes** significa que não pode o Congresso Nacional abolir a Marinha, o Exército e a Aeronáutica por meio de emenda à Constituição.
- 2) Os pilares básicos das Forças Armadas são a **hierarquia** e a **disciplina**.
- 3) Segundo o art. 84, inc. XIII, compete privativamente ao Presidente da República exercer o **comando supremo das Forças Armadas**, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
- 4) As missões constitucionais das Forças Armadas são a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem.

É importantíssimo dizer que o art. 142, § 2º, prevê que “**não caberá** *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares”. No entanto, à luz do entendimento do STF, **é possível** a impetração de *habeas corpus* para se verificar os pressupostos de legalidade da aplicação da punição administrativa militar, o que se veda é a irresignação acerca do mérito da sanção administrativa (motivo e objeto). Vale dizer, é possível a impetração do HC para combater o vício de competência, de forma e de finalidade.

Segundo o art. 142, § 3º, os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

I – as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas;

II – o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil **permanente**, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea “c”, **será transferido para a reserva**, nos termos da lei;

III – o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil **temporária, não eletiva**, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea “c”, ficará **agregado** ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo **depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva**, nos termos da lei;

IV – **ao militar são proibidas a sindicalização e a greve**;

V – o militar, enquanto em serviço ativo, **não pode estar filiado a partidos políticos**;

VI – o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por **decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra**;

VII – o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade **superior a dois anos, por sentença transitada em julgado**, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior;

VIII – aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea “c”;

IX – *(Revogado pela Emenda Constitucional n. 41, de 19/12/2003)*

X – a **lei disporá** sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

1) Segundo o STF, o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

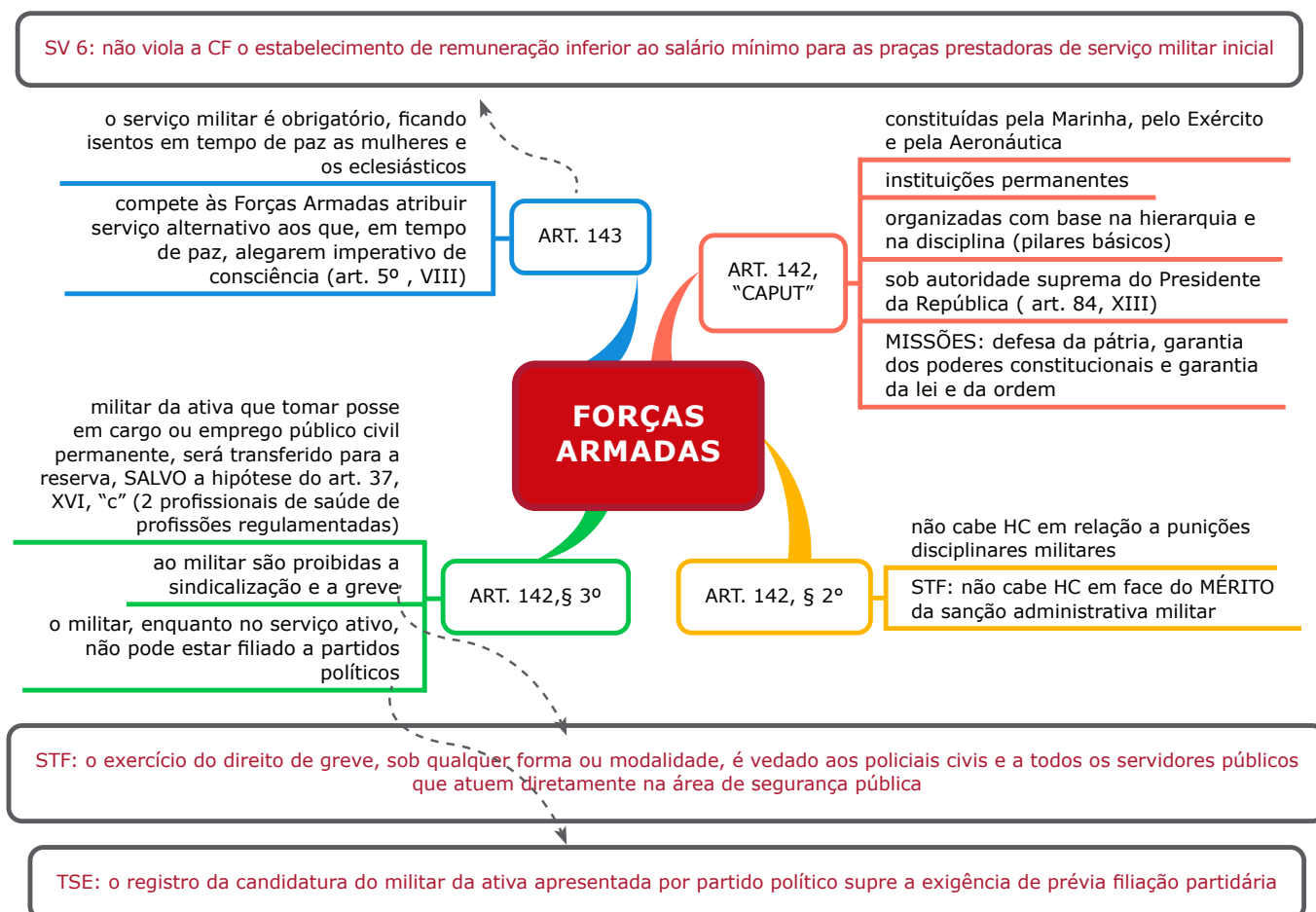
2) De acordo com o TSE, o registro da candidatura do militar da ativa apresentada por partido político supre a exigência de prévia filiação partidária.

Por fim, o art. 143 determina que o **serviço militar é obrigatório**, a ser exercido nos termos da lei, ficando isentos, **em tempo de paz, as mulheres e os eclesiásticos**, sujeitando-se, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir. Além disso, às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir **serviço alternativo** aos que, em **tempo de paz**, após alistados, alegarem **imperativo de consciência**, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

Súmula Vinculante 6: não viola a Constituição Federal o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

Vejamos um mapa mental com os aspectos mais importantes acerca das Forças Armadas.



OK? Alguma dúvida até aqui? Não se esqueça de nos procurar no nosso fórum de dúvidas para esclarecer algum ponto. Fechado?

Prosseguindo, para terminar o Título V, vamos agora falar dos órgãos de segurança pública. Venha comigo!

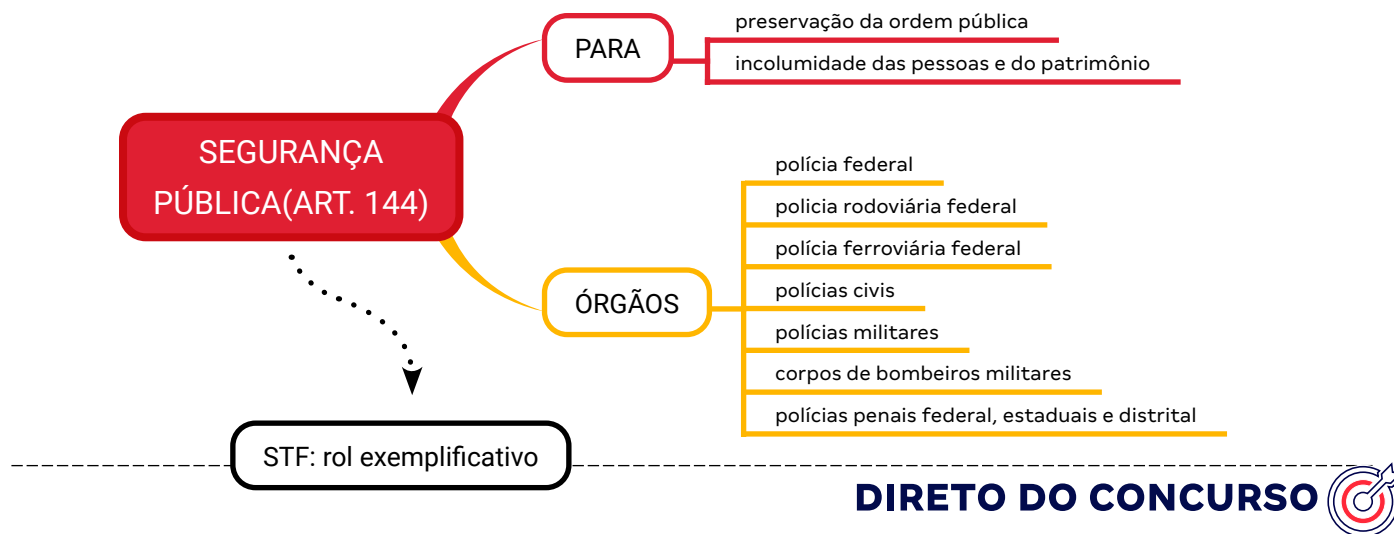
5. SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo o art. 144, a segurança pública, dever do Estado, **direito e responsabilidade de todos**, é exercida para a **preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio**, por meio dos **seguintes órgãos**:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- VI – polícias penais federal, estaduais e distrital (**Redação dada pela Emenda Constitucional n. 104, de 2019**).

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

Segundo recentíssima decisão do STF na ADI 6621, é possível os entes federativos criarem polícias científicas autônomas, não vinculadas à polícia civil, o que demonstra que o rol do art. 144 é exemplificativo.



003. A segurança pública, exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, é responsabilidade de todos.



A afirmação está de acordo com o art. 144, “caput”, da CF/1988, que diz que “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

Certo.

Compõem os órgãos de segurança pública da **União** a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal. Vejamos cada um deles.

- 1) **Polícia Federal:** à luz do art. 144, § 1º, a **Polícia Federal**, instituída por lei como órgão **permanente**, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, **destina-se a:**

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da **União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas**, assim como outras infrações cuja prática tenha **repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme**, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

DICA DO LD

1) A Polícia Federal não investiga infrações penais em face de **sociedades de economia mista federais**. Essa competência recai sobre a Polícia Civil do Estado onde ocorrer o crime. Portanto, se o crime for em face do Banco do Brasil (sociedade de economia mista federal), por exemplo, a competência é da Polícia Civil. Mas, se a infração penal for em face da Caixa Econômica Federal, a competência será da Polícia Federal, por se tratar de uma empresa pública federal.

2) Apesar do inc. IV do § 1º do art. 144 falar em exclusividade da Polícia Federal para exercer a função de polícia judiciária da União, ou seja, para investigar crimes federais, o entendimento majoritário é que o Ministério Público também pode efetuar essa investigação, em função do princípio dos poderes implícitos.

DIRETO DO CONCURSO

004. A Polícia Federal tem a atribuição de apurar infrações que exijam repressão uniforme e tenham repercussão internacional; infrações que exijam repressão uniforme, mas que tenham repercussão interestadual, devem ser apuradas pelas polícias civis e militares.



De acordo com o art. 144, § 1º, I, compete à polícia federal apurar infrações penais cuja prática tenha repercussão **interestadual ou internacional e exija repressão uniforme.**

Errado.

005. A PF tem competência para apurar infrações penais que causem prejuízos aos interesses da União, ressalvadas aquelas que atinjam órgãos da administração pública indireta no âmbito federal.



Conforme o art. 144, § 1º, I, compete à polícia federal apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União **ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.**

Errado.

006. Compete à Polícia Federal exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.



Segundo o art. 144, § 1º, IV, da CF/1988, “a polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União”.

Certo.

007. Incumbem às polícias civis a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais contra a ordem política e social, excetuadas as infrações de natureza militar.



É uma competência da Polícia Federal, à luz do art. 144, § 1º, I.

Errado.

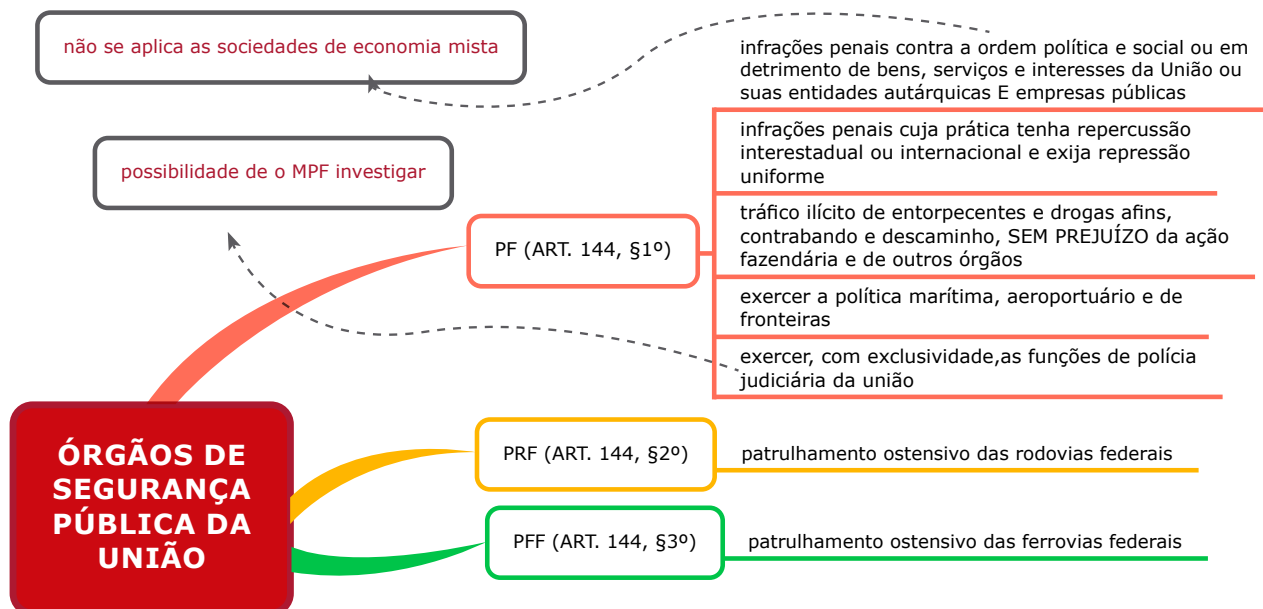
008. O policiamento naval é atribuição privativa da Marinha de Guerra, atividade de natureza meramente militar.



É competência da Polícia Federal, à luz do art. 144, § 1º, III.

Errado.

- 2) **Polícia Rodoviária Federal:** segundo o art. 144, § 2º, a **polícia rodoviária federal**, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao **patrulhamento ostensivo das rodovias federais**.
- 3) **Polícia Ferroviária Federal:** por sua vez, o art. 144, § 3º, prevê que a **polícia ferroviária federal**, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao **patrulhamento ostensivo das ferrovias federais**.



Os Estados-membros e o Distrito Federal também possuem seus órgãos de segurança pública. Vale dizer, **são órgãos de segurança pública estaduais e do Distrito Federal as polícias civis, as polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as polícias penais**, cuja lei disciplinará a organização e o funcionamento, de modo a garantir a eficiência de suas atividades (art. 144, § 7º). Vejamos cada um deles.

- 1) **Polícias Civis:** as **polícias civis** são dirigidas por delegados de polícia **de carreira** com **competência** para exercerem as **funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares**, resguardadas a competência da União (art. 144, § 4º). As polícias civis são chamadas de **polícias repressivas**, haja vista que atuam após a ocorrência do crime, apurando a autoria e materialidade delitiva.

DICA DO LD

As polícias civis não investigam crimes militares. Essa competência recai sobre as próprias corporações militares estaduais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares).

- 2) **Polícias Militares:** as **polícias militares exercem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública** (art. 144, § 5º, parte inicial). As polícias militares são conhecidas como **polícias preventivas**, uma vez que evitam a ocorrência do crime.
- 3) **Corpos de Bombeiros Militares:** os **corpos de bombeiros militares cumprem** as atribuições definidas em lei, como o combate a incêndio, busca e salvamento, auxílio em desabamentos, catástrofes, inundações etc., bem como executam as **atividades de defesa civil** (art. 144, § 5º, parte final).

Ainda, é importante fixar que as **polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército** subordinam-se, juntamente com as **polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital**, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 104, de 2019)

- 4) **Polícias Penais:** por fim, a recentíssima Emenda Constitucional nº 104, incluiu o § 5º-A, dizendo que às **polícias penais**, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a **segurança dos estabelecimentos penais**. Segundo o art. 4º, da EC 104, o preenchimento do quadro de servidores das polícias penais será feito, **exclusivamente, por meio de concurso público e por meio da transformação** dos cargos isolados, dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários e dos cargos públicos equivalentes.

DIRETO DO CONCURSO

009. A defesa das instituições democráticas é exercida por meio da segurança pública, da qual os corpos de bombeiros militares são órgãos integrantes.



O art. 144, da CF/1988, elenca os órgão de segurança pública. Entre eles estão os corpos de bombeiros militares, conforme o inciso V deste artigo.

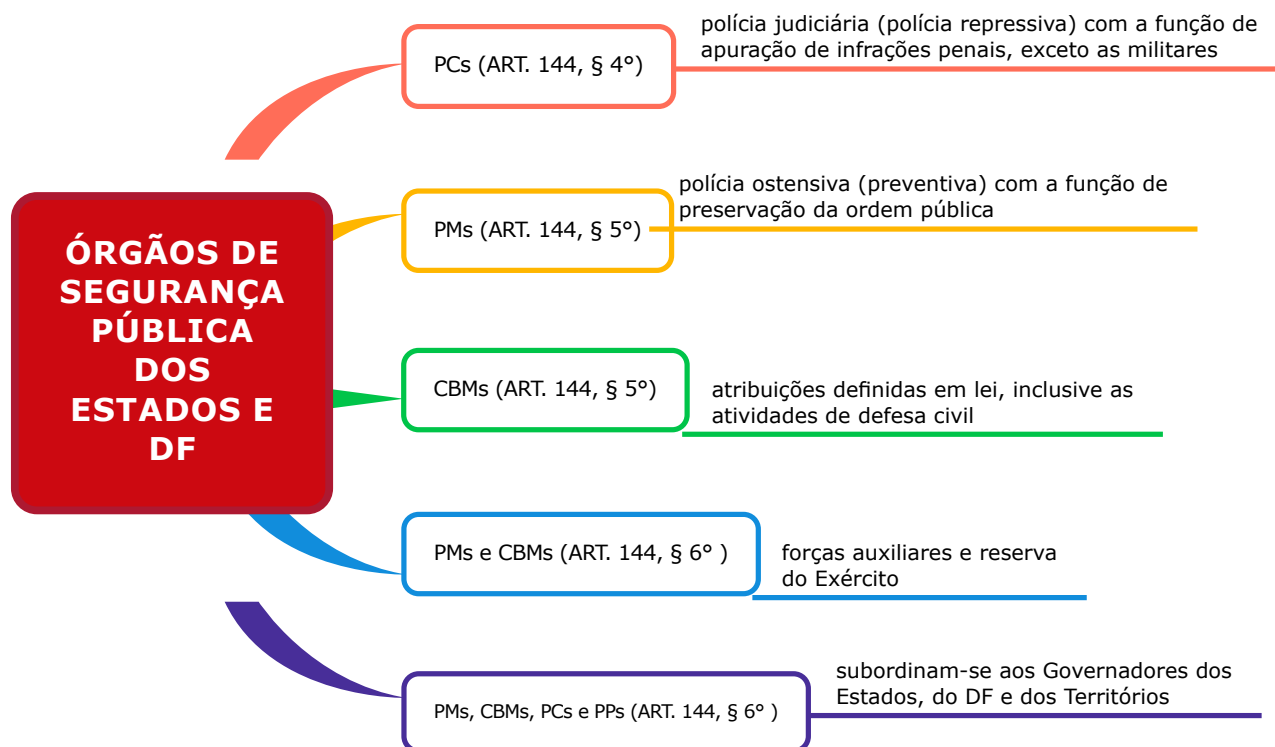
Certo.

010. As polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as polícias civis subordinam-se aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.



É disposto no art. 144, § 6º, da CF/1988, segundo o qual “as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

Certo.



Ainda, o art. 144, § 8º, estabelece que os municípios poderão constituir **guardas municipais** destinadas à **proteção de seus bens, serviços e instalações**, conforme dispuser a lei.

DICA DO LD

A Constituição Federal não estipula nenhuma exigência de número mínimo de habitantes para que o Município crie sua guarda municipal.

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

O Plenário do Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que as **guardas municipais integram o Sistema de Segurança Pública**. Na decisão majoritária, tomada no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 995, o Plenário afastou todas as interpretações judiciais que excluía essas instituições do Sistema de Segurança Pública.

De acordo com o Informativo 1105 do STF, “**as guardas municipais são reconhecidamente órgãos de segurança pública** e aquelas devidamente criadas e instituídas integram o Sistema Único de Segurança Pública. O deslocamento topográfico da disciplina das guardas municipais no texto constitucional não implica a sua desconfiguração como agentes de segurança pública, de modo que não prevalece o argumento acerca de sua simples ausência **em pretenso rol taxativo do art. 144 da CF/1988**”.

Essa decisão reforça a ideia de que o rol do art. 144, da CF/1988, é exemplificativo.

JURISPRUDÊNCIA

O STF fixou a seguinte tese de repercussão geral: “É constitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, respeitadas as atribuições dos demais órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal e excluída qualquer atividade de polícia judiciária, sendo submetidas ao controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, nos termos do artigo 129, inciso VII, da CF. Conforme o art. 144, § 8º, da Constituição Federal, as leis municipais devem observar as normas gerais fixadas pelo Congresso Nacional”.

Ou seja, segundo o Supremo Tribunal Federal, as Guardas Municipais podem exercer ações de segurança urbana, incluindo policiamento ostensivo e comunitário, desde que respeitem as atribuições dos demais órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal.

No entanto, há limites para essa atuação:

✓ Podem: atuar na proteção da população e do patrimônio público municipal, contribuindo para a segurança urbana.

✗ Não podem: exercer função de polícia judiciária, ou seja, não podem realizar investigações criminais. Essas atribuições são típicas das Polícias Civil e Federal.

Além disso, as Guardas Municipais estão sujeitas ao controle externo da atividade policial pelo Ministério Público (art. 129, VII, da CF), e suas ações devem seguir as normas gerais de segurança pública estabelecidas pelo Congresso Nacional.

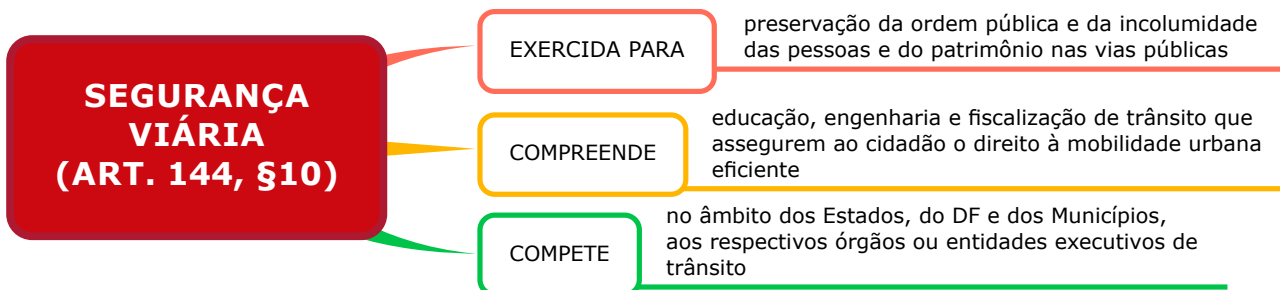
👉 Em resumo: os Municípios podem usar as Guardas Municipais para reforçar a segurança pública, mas sem ultrapassar os limites das funções das polícias estaduais (civil e militar) e federal.

Importante dizer que a **remuneração dos servidores policiais** integrantes dos órgãos relacionados acima será fixada na forma de **subsídio**.

Por fim, a **segurança viária**, exercida para a **preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas**:

I – compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e

II – **competete**, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos **respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito**, estruturados em Carreira, na forma da lei.



6. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEIS

1) RE 1.469.887 (Tema 1.424 – altura mínima para ingresso no SUSP): diversos entes federativos (Estados e DF) editavam normas administrativas ou editais exigindo altura mínima para ingresso em carreiras policiais e correlatas. Muitas dessas exigências não tinham previsão em lei formal e, em vários casos, apresentavam critérios arbitrários. Definiu o STF que a exigência de altura mínima depende de previsão legal específica, e deve observar, como parâmetro constitucionalmente adequado, os limites fixados para a carreira do Exército (Lei 12.705/2012): 1,60m para homens e 1,55m para mulheres. Segundo a Corte, “A exigência de altura mínima para ingresso em cargo do Sistema Único de Segurança Pública pressupõe a existência de lei e a observância dos parâmetros fixados para a carreira do Exército, constantes da Lei 12.705/2012.” Requisitos de investidura em cargo público só podem decorrer de lei formal, não de edital. A altura mínima tem natureza restritiva, devendo observar: (i) legalidade estrita; (ii) razoabilidade e correlação com as atribuições do cargo.

[RE 1469887 RG, Órgão julgador: Tribunal Pleno, Relator(a): MINISTRO PRESIDENTE, Julgamento: 12/09/2025, Publicação: 19/09/2025]

2) Súmula Vinculante 6: Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

3) ARE 654.432 (Tema 541 – greve de policiais civis e servidores da segurança pública): diversas categorias de segurança pública (especialmente policiais civis) passaram a deflagrar movimentos grevistas para exigir melhorias salariais e estruturais. Surgiu a questão sobre a possibilidade constitucional de greve para essas carreiras armadas e essenciais à ordem pública. O STF fixou que é totalmente vedado o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, aos policiais civis e a todos os servidores públicos que

atuem diretamente na segurança pública. Tese firmada (Tema 541) “O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. A segurança pública é serviço essencial, cuja interrupção coloca em risco imediato a vida, a ordem pública e a integridade física da população. Atividades armadas e dotadas de poder de polícia não podem paralisar suas funções. Veda-se qualquer modalidade de greve: paralisações totais, parciais, operações-padrão etc..

[ARE 654.432, rel. p/ o ac. min. Alexandre de Moraes, j. 5-4-2017, P, DJE de 11-6-2018, Tema 541.]

4) HC 89.837 (investigação criminal pelo Ministério Público e art. 144, § 1º, IV): discutia-se se o art. 144, § 1º, IV, da Constituição, ao prever como função da Polícia Federal “exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União”, impediria o Ministério Público de realizar investigações criminais. Entendeu o STF que a exclusividade prevista para a Polícia Federal não inibe a atividade investigatória do Ministério Público. A CF de 1988 não retirou do MP poderes investigatórios, ao contrário: deu-lhe instrumentos de atuação criminal. A exclusividade mencionada no art. 144, §1º, IV diz respeito apenas à hierarquia interna entre os órgãos policiais da União, não a uma vedação ao MP. O MP pode investigar crimes, desde que respeite direitos fundamentais, garantias processuais e a reserva de jurisdição. A exclusividade da PF serve para evitar disputa entre polícias federais (PF x PRF x PFF), garantindo primazia para investigação federal.

[HC 89.837, rel. min. Celso de Mello, j. 20-10-2009, 2ª T, DJE de 20-11-2009.]

É isso! Terminamos o Título V da Constituição Federal. Espero que tenha gostado da abordagem. Fico inteiramente à disposição para tirar as possíveis dúvidas. Para tanto, **espero você no fórum de dúvidas**. Gostaria de **receber sua avaliação** acerca da nossa aula. Isso é muito importante para nós.

Fique com Deus, fortíssimo abraço e bons estudos.

RESUMO

1. SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES

Medida	Finalidade	Competência	Hipóteses de Cabimento	Prazos
Estado de Defesa	Restabelecer ordem pública ou paz social em locais restritos	Presidente da República (ouvidos Conselhos da República e de Defesa Nacional)	- Grave e iminente instabilidade institucional - Calamidade pública de grandes proporções	30 dias + 30 dias (máximo)
Estado de Sítio	Medida mais severa, restringindo mais direitos	Presidente da República, com autorização prévia do Congresso Nacional	- Comoção grave de repercussão nacional - Ineficácia do Estado de Defesa - Guerra externa ou agressão armada estrangeira	30 dias (renováveis sucessivamente) ou todo o tempo necessário (em caso de guerra externa)

Principais diferenças:

- **Estado de Defesa** → CN aprova
- **Estado de Sítio** → CN autoriza

2. CONTROLES DO ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO

Tipo de Controle	Órgão Responsável	Momento
Político imediato	Congresso Nacional	Após decretação (Estado de Defesa) ou antes (Estado de Sítio)
Político concomitante	Comissão de 5 membros do Congresso Nacional	Durante a vigência
Político sucessivo	Congresso Nacional	Após o término, com relatório presidencial
Jurisdicional concomitante	Poder Judiciário	Durante a vigência
Jurisdicional sucessivo	Poder Judiciário	Após término, para responsabilização

3. FORÇAS ARMADAS

Regulação pelo art. 142 da CF/88

Instituições	Características	Missão Constitucional
Marinha, Exército e Aeronáutica	- Instituições permanentes - Baseadas na hierarquia e disciplina - Autoridade suprema: Presidente da República	- Defesa da Pátria - Garantia dos Poderes Constitucionais - Garantia da Lei e da Ordem (por solicitação de um Poder)

Regras para militares (art. 142, §3º)

- Proibição de greve e sindicalização
- Vedação à filiação partidária (enquanto na ativa)
- Não cabe *Habeas Corpus* para punições disciplinares militares (se o vício for de competência, forma ou finalidade, cabe HC)

4. SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/88)

- Responsabilidade de todos e dever do Estado
- Finalidade: Preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio

Órgãos de Segurança Pública

Órgão	Função	Competência
Polícia Federal (PF)	Polícia judiciária da União	- Investigar crimes contra bens e serviços da União, autarquias e empresas públicas - Investigar crimes que tenham repercussão interestadual ou internacional e exijam repressão uniforme. - Repressão ao tráfico, contrabando e descaminho - Polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras
Polícia Rodoviária Federal (PRF)	Patrulhamento ostensivo	Fiscalização das rodovias federais
Polícia Ferroviária Federal (PFF)	Patrulhamento ostensivo	Fiscalização das ferrovias federais
Polícias Cíveis (PCs)	Polícia judiciária estadual	Investigação de infrações penais, exceto crimes militares
Polícias Militares (PMs)	Polícia ostensiva e preventiva	Manutenção da ordem pública
Corpos de Bombeiros Militares (CBMs)	Defesa civil e combate a incêndios	Salvamento e resgate
Polícias Penais	Segurança de presídios	Administração do sistema prisional

Guardas Municipais: Podem ser criadas pelos municípios para proteger bens, serviços e instalações municipais. **STF reconheceu como parte do Sistema de Segurança Pública.**

5. SEGURANÇA VIÁRIA

- **Objetivo:** Preservação da ordem pública e segurança nas vias públicas
- **Abrange:** Educação, fiscalização e engenharia de trânsito

RESUMO FINAL

- Estados de Defesa e Sítio → Medidas excepcionais para crise política e social
- Forças Armadas → Hierarquia, disciplina e defesa da pátria
- Segurança Pública → Atribuições específicas para cada órgão de segurança

EXERCÍCIOS

001. (2024/POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO/DELEGADO DE POLÍCIA) No que diz respeito às atribuições das polícias na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

- I. Cabe às polícias civis a apuração de todas as infrações penais, salvo as infrações militares.
- II. É juridicamente válida a criação, por lei estadual, de órgão de polícia científica que não necessariamente componha a estrutura da Polícia Civil.
- III. As polícias de investigação criminal também exercem atividade administrativa não voltada à elucidação de infrações penais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

002. (2024/POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) A segurança pública é serviço a ser prestado pelo Estado para a preservação da ordem pública e da proteção da integridade das pessoas e do patrimônio. O artigo 144 da CF/88 enumera os órgãos atuantes neste domínio. Com base nas regras constitucionais vigentes e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a segurança pública, analise os itens a seguir:

- I. É inconstitucional o exercício do direito de greve por parte dos integrantes de todas as carreiras policiais enumeradas no artigo 144 da CF/88.
- II. Às Polícias Civis são atribuídas as funções de polícia judiciária, de segurança dos estabelecimentos prisionais e de investigação de infrações penais, com ressalva das de competência da União e de natureza militar.
- III. As Polícias Militares, subordinadas à autoridade suprema do Presidente da República, possuem as atribuições de policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, apenas.

003. (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Nos termos da Constituição Federal, aprovar o estado de defesa e a intervenção federal é da competência

- a) privativa do Senado Federal, para ambas.

- b) do Senado Federal e do Congresso Nacional, respectivamente.
- c) exclusiva do Congresso Nacional, para ambas.
- d) exclusiva da Câmara dos Deputados, por 3/5 dos seus membros, e do Conselho da República, respectivamente.
- e) privativa do Congresso Nacional e do Presidente da República, respectivamente.

004. (2023/COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO DE SANTOS/ADVOGADO) De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza
- b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação
- c) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples
- d) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas

005. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO/ PROCURADOR JURÍDICO) Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta, acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas.

- a) O presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou, prontamente, restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) O decreto que instituir o estado de defesa terá, obrigatoriamente, tempo indeterminado, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará as medidas coercitivas a vigorarem.
- c) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a noventa dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram sua decretação.
- d) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria simples.
- e) O Congresso Nacional apreciará o decreto de estado de defesa dentro de cinco dias contados de seu recebimento.

006. (2023/CÂMARA DE GUAMIRANGA – PR/ADVOGADO) Sobre o que reza a Carta Magna, no tocante ao tema Estado de Defesa, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República pode, ouvido apenas o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- c) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- d) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de vinte e quatro horas.
- e) O Congresso Nacional apreciará o decreto de estado de defesa ou sua prorrogação, dentro de cinco dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

007. (2023/CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO/ PROCURADOR) De acordo com a Constituição Federal, em relação ao Estado de Defesa e Estado de Sítio, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Na vigência do estado de defesa é admitida a incomunicabilidade do preso.
- b) O tempo de duração do estado de defesa poderá ser superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- c) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- d) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria simples.
- e) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria relativa.

008. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SANTA CATARINA/ADVOGADO) Para José Afonso da Silva (1988, p. 66), o Estado Democrático “se funda no princípio da soberania popular que impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, participação que não se exaure (...) na simples formação das instituições representativas, que constituem

um estágio da evolução do Estado Democrático, mas não o seu completo desenvolvimento”. Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa correta.

- a) Uma vez cessado o estado de defesa, cessarão também os seus efeitos, devendo os atos ilícitos praticados no período ser anistiados pelo presidente da República, uma vez que não cabe responsabilizar os executores ou agentes pelos ilícitos cometidos.
- b) O presidente da República pode, ouvidos o presidente do Congresso Nacional e o do Supremo Tribunal Federal, decretar estado de sítio nos casos de grave comoção de repercussão nacional.
- c) As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Ministro da Defesa, e destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais.
- d) O estado de defesa pode ser decretado pelo presidente da República para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- e) Às punições disciplinares militares cabem os remédios do habeas corpus, mandado de injunção e mandado de segurança, sendo estes de competência originária da justiça militar.

009. (2023/CÂMARA DE VÁRZEA GRANDE/ADVOGADO) Para preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública ou a paz social, nas hipóteses previstas no texto constitucional, o Presidente da República pode decretar o Estado de Defesa e, dessa forma, podem ser estabelecidas restrições ao direito de:

- a) sigilo da fonte de imprensa
- b) locomoção no território nacional
- c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica
- d) reunião, preservado o exercido no seio das associações

010. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAPÁ/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) No que tange à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- a) Durante o estado de defesa, a prisão de qualquer pessoa não poderá ser superior a cinco dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- b) Para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, a União poderá decretar estado de defesa em estado, município e no Distrito Federal, o qual perdurará pelo prazo máximo de trinta dias.
- c) Na vigência de estado de sítio, admite-se a imposição de restrições à liberdade de imprensa, de radiodifusão e de televisão.
- d) Compete ao Conselho de Defesa Nacional aprovar a decretação do estado de defesa e do estado de sítio.
- e) O presidente da República deve solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar estado de defesa.

011. (2024/PREFEITURA DE BARRA DO ROCHA – BA/PROCURADOR JURÍDICO) A Constituição Federal, dentro do tema defesa do Estado e das instituições democráticas, previu instrumentos para manter ou restabelecer a ordem nos momentos de anormalidades, é o que se chama de sistema constitucional de crises, que compreende o Estado de Defesa e o Estado de Sítio. Sobre o assunto, tendo como fundamento as disposições do texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Estado de sítio pode ser decretado para preservar ou prontamente restabelecer em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- c) O Presidente da República pode, ouvidos o Ministro da Justiça e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa.
- d) O Presidente da República pode, ouvidos o Ministro da Justiça e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de sítio.

012. (2024/PREFEITURA DE IGUARACY – PE/GUARDA MUNICIPAL) A Segurança Pública no Brasil é exercida por diversos órgãos, conforme previsto no Art. 144 da Constituição Federal. Acerca das funções das guardas municipais na segurança pública, assinale a alternativa que reflete corretamente a Legislação Brasileira:

- a) As guardas municipais são responsáveis por exercer o poder de polícia em todas as áreas, incluindo segurança estadual e federal.
- b) O principal objetivo das guardas municipais é colaborar na segurança pública por meio da proteção de bens e serviços municipais.
- c) A atuação das guardas municipais é limitada a áreas de vigilância patrimonial.
- d) A Constituição Federal não reconhece as guardas municipais como integrantes do sistema de segurança pública.

013. (2024/PREFEITURA DE IGUARACY – PE/GUARDA MUNICIPAL) O Art. 144 da Constituição Federal organiza a segurança pública no Brasil. Sobre as disposições desse artigo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A segurança pública é responsabilidade exclusiva da União.
- b) As guardas municipais têm competência para a proteção de bens públicos e para policiamento ostensivo estadual.
- c) As polícias civis exercem a função de polícia judiciária, exceto nos crimes militares.
- d) As funções de segurança pública são incompatíveis com a participação da sociedade civil.

014. (2024/TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL/PROCURADOR) Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, aos policiais civis e militares do DF é proibido associar-se a sindicatos e deflagrar greve.

015. (2024/PREFEITURA DE JACARAÚ – PB/GUARDA MUNICIPAL FEMININO) Com base no Art. 144 da Constituição Federal de 1988, que trata da Segurança Pública, analise as alternativas a assinale a INCORRETA:

- a) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- b) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- c) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- d) Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; são atribuições das polícias civis e militares.
- e) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

016. (2024/PREFEITURA DE CHÃ GRANDE – PE/GUARDA MUNICIPAL) O artigo 144 da Constituição Federal do Brasil trata da Segurança Pública, definindo as atribuições e responsabilidades das forças de segurança pública, suas responsabilidades para garantia e proteção dos cidadãos e do patrimônio. Com base no disposto neste artigo constitucional, assinale qual é o principal objetivo da atuação da Guarda Municipal:

- a) Garantir a ordem pública e a segurança no estado da federação em que está situado seu município.
- b) Garantir a proteção dos bens e serviços públicos municipais e a ordem pública local.
- c) Investigar crimes ocorridos no âmbito do município, expedindo mandados de busca e apreensão.
- d) Coordenar a segurança pública, desempenhando a função de polícia investigativa e judiciária do município.
- e) Realizar o patrulhamento ostensivo nas rodovias federais.

017. (2024/PREFEITURA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE/GUARDA MUNICIPAL) Acerca da Guarda Civil Municipal na Constituição Federal,

- a) tem por atribuição o policiamento ostensivo, a preservação da ordem pública e a repressão a infrações penais, exceto sua apuração.

- b) possui competência para a segurança viária por meio de órgãos ou entidades executivos, devendo ser estruturados em carreira própria.
- c) trata-se de órgão permanente, organizado e mantido pelos Municípios e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das vias locais.
- d) volta-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses dos Municípios ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.
- e) os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

018. (2024/PREFEITURA DE FORMOSA – GO/GUARDA MUNICIPAL) A segurança pública, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Diante do que rege a Constituição Federal de 1988, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência é uma das atividades corretamente atribuídas à:

- a) Polícia Civil.
- b) Polícia Militar.
- c) Polícia Federal.
- d) Guarda Civil Municipal.

019. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE MINAS GERAIS/SOLDADO – ÁREA: TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, conforme regulado pela Constituição da República Federativa do Brasil. Considerando as previsões constitucionais existentes no texto, afirma-se correto apenas o previsto em:

- a) ao militar são proibidas a sindicalização e a greve.
- b) o militar condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será excluído.
- c) caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.
- d) o militar, enquanto em serviço ativo, pode estar filiado a partidos políticos.

020. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE MINAS GERAIS/SARGENTO – ÁREA: MECÂNICO DE AERONAVES) Fato é que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos enumerados no rol do art. 144 da Constituição Federal (05/10/1988). Tomando por base as funções de cada órgão, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas os municípios com mais de 20.000 habitantes poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- b) A segurança viária, de competência dos municípios, será exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas compreendendo exclusivamente a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.
- c) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- d) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

021. (2024/CRS – POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS/POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS/ SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR – ADAPTADO) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, incluídas a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

022. (2024/PREFEITURA DE CRISTALINA – GO/GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 2ª CLASSE) O Título V da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a defesa do Estado e das instituições democráticas. No que diz respeito à segurança pública, assinale a alternativa correta.

- a) Cada estado poderá constituir guardas municipais aos seus municípios, para proteção de bens, serviços e manutenção da ordem pública.
- b) A segurança pública é implementada pela polícia administrativa preventiva, também chamada de polícia de investigação, além da polícia ostensiva, representada pela polícia militar.
- c) A segurança pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- d) Cabe à polícia ferroviária federal realizar as atividades de natureza policial, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários.

023. (2024/PREFEITURA DE ABREU E LIMA – PE/TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO) Em razão de agressão armada estrangeira, o Presidente da República foi informado por seus assessores sobre a necessidade de serem adotadas medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas. Nas circunstâncias indicadas, é possível a decretação do

- a) estado de sítio, de competência das Forças Armadas, após autorização do Presidente da República.
- b) estado de sítio, de competência do Presidente da República, com prévia autorização do Congresso Nacional.

- c) estado de urgência, de competência das Forças Armadas, com posterior ratificação do Congresso Nacional.
- d) estado de defesa, de competência do Congresso Nacional, competindo ao Presidente da República a sua execução.
- e) estado de defesa, de competência do Presidente da República, com posterior ratificação do Senado Federal.

024. (2024/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP/GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 2ª CLASSE) A Constituição Federal de 1988 estabelece que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de diversos órgãos. Observe as assertivas a seguir sobre tais órgãos:

- I. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a, por exemplo, exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- II. Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- III. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

De acordo com o texto constitucional, está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

025. (2024/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP/GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 2ª CLASSE) Consoante dispõe a Constituição Federal de 1988, os Municípios, conforme dispuser a lei, poderão constituir guardas municipais destinadas

- a) à execução de atividades de defesa civil.
- b) à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- c) às funções de polícia judiciária municipal e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- d) à atividade de polícia ostensiva e à preservação da ordem pública.
- e) a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, nos limites do Município.

026. (2024/PREFEITURA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES/GUARDA MUNICIPAL) As polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as polícias civis subordinam-se aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.

027. (2024/PREFEITURA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES/GUARDA MUNICIPAL) As forças armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, cuja organização institucional se baseia na hierarquia, na disciplina e na ética militar.

028. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA EXECUÇÃO DE MANDADOS) Ana, cientista política, ao verificar a possibilidade de utilização dos institutos do estado de defesa e do estado de sítio para contornar uma comoção grave de repercussão nacional, concluiu corretamente que, nessa hipótese:

- a) somente é cabível a decretação do estado de sítio;
- b) somente é cabível a decretação do estado de defesa;
- c) o presidente da República tem discricionariedade para optar por uma ou outra das referidas medidas;
- d) há um escalonamento entre as referidas medidas, de modo que se deve iniciar pelo estado de defesa e, caso seja ineficaz, avançar-se para o estado de sítio;
- e) a comoção referida na narrativa, desacompanhada de risco para a segurança nacional, não autoriza a decretação do estado de defesa ou do estado de sítio.

029. (2024/ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/ADVOGADO) Depois da ocorrência de calamidade de grandes proporções, em razão de enchentes causadas por chuvas cuja intensidade foi classificada como “sem precedentes”, o Presidente da República vislumbra a possível necessidade de decretação de estado de defesa para combater o quadro caótico no qual se encontram quatro estados de uma determinada região do país. Depois de visitar o local, ele tem dúvidas acerca do prazo de duração da medida e, por isso, submete a proposta à apreciação de sua assessoria jurídica. Assinale a afirmativa que, em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, deve ser adotada

- a) O Presidente da República tem poder discricionário para definir o prazo de duração, desde que haja aprovação prévia do Congresso Nacional.
- b) O tempo de duração não será superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- c) O tempo para a superação da crise que deu origem à decretação pelo Presidente da República não pode ultrapassar uma sessão legislativa.
- d) O tempo de duração será definido discricionariamente, em respeito ao princípio da separação de poderes, pelo Congresso Nacional.

030. (2024/PREFEITURA DE ALPESTRE – RS/ASSISTENTE SOCIAL) Quem pode decretar estado de defesa, de acordo com a Constituição Federal?

- a) 2/3 dos Governadores.
- b) Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) Primeiro Ministro.
- d) Presidente da República.
- e) Maioria do Senado Federal.

031. (2024/PREFEITURA DE PATO BRAGADO – PR/MOTORISTA) No Brasil, a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio são atribuições das forças de segurança pública. Entre as opções apresentadas, a instituição que NÃO integra especificamente o grupo das forças de segurança pública é:

- a) A Polícia Militar.
- b) A Polícia Civil.
- c) O Exército Brasileiro.
- d) O Corpo de Bombeiros Militar.

032. (2024/POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO/DELEGADO DE POLÍCIA) No que diz respeito às atribuições das polícias na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

- I. Cabe às polícias civis a apuração de todas as infrações penais, salvo as infrações militares.
- II. É juridicamente válida a criação, por lei estadual, de órgão de polícia científica que não necessariamente componha a estrutura da Polícia Civil.
- III. As polícias de investigação criminal também exercem atividade administrativa não voltada à elucidação de infrações penais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

033. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE PERNAMBUCO/SOLDADO) São órgãos de segurança pública expressamente previstos no Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, EXCETO

- a) as polícias civis e a polícia rodoviária federal.
- b) as polícias militares e os corpos de bombeiros militares.
- c) o Ministério Público e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
- d) as polícias penais federal, estaduais e distrital.
- e) a polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal.

034. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE PERNAMBUCO/SOLDADO) Observadas as formalidades constitucionais, o Presidente da República decretou estado de defesa em determinada região do país atingida por grave calamidade da natureza. Nesse caso, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar que o Presidente da República, dentro do prazo constitucionalmente previsto, deve submeter o ato com a respectiva justificação ao(à)

- a) Supremo Tribunal Federal, que decidirá por dois terços dos votos de seus membros.

- b) Senado Federal, que decidirá por maioria absoluta.
- c) Câmara dos Deputados, que decidirá por três quintos dos votos de seus membros.
- d) Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- e) Conselho de Defesa Nacional, que decidirá por maioria.

035. (2024/PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS – GO/GUARDA MUNICIPAL) De acordo com o art. 144 da Constituição Federal, “(...) segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.” Nesses termos, é correto afirmar que:

- a) os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- b) às polícias penais, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;
- c) às polícias civis, cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- d) à polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais;

036. (2024/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – MG/AUDITOR – ÁREA DIREITO) Pedro, analista de geopolítica, à luz de determinadas situações fáticas ocorridas no território nacional, iniciou a análise das medidas passíveis de serem adotadas para a defesa do Estado e das instituições democráticas. Em sua análise, refletiu sobre uma providência: I. a ser adotada em razão de comoção grave de repercussão nacional; II. que não pode se estender por prazo superior a trinta dias, não podendo ser prorrogado, de cada vez, por prazo superior a esse; III. cujas respectivas medidas serão acompanhadas por uma Comissão designada pela Mesa do Congresso Nacional. A providência alvitrada por Pedro

- a) pode ser apenas o estado de sítio.
- b) pode ser apenas o estado de defesa.
- c) pode ser o estado de defesa ou o estado de sítio.
- d) não se compatibiliza com as características constitucionais do estado de defesa e do estado de sítio.

037. (2024/POLÍCIA MILITAR DO PERNAMBUCO/SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR) De acordo com o que prevê a Constituição da República Federativa do Brasil acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, é correto afirmar que

- a) o Presidente da República pode decretar estado de sítio para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) no caso de comoção grave de repercussão nacional, o estado de sítio não poderá ser decretado por mais de quinze dias, podendo ser prorrogado, de cada vez, por mais quinze dias.
- c) para decretar o estado de defesa, o Presidente da República precisa solicitar autorização ao Congresso Nacional.
- d) o Presidente da República pode decretar o estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- e) na vigência do estado de defesa, é vedada a incomunicabilidade do preso.

038. (2024/USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU/AGENTE DE SEGURANÇA) Com fundamento nas disposições constitucionais relativas à segurança pública, julgue os itens que se seguem.

- I. O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública cabem às polícias civis, militares e penais.
- II. Incumbe aos corpos de bombeiros militares a execução de atividades de defesa civil.
- III. Os municípios deverão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- IV. A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e III estão certos.
- b) Apenas os itens II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

039. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO PARÁ/OFICIAL) Acerca das instituições militares previstas na Constituição da República, assinale a opção correta.

- a) Os membros dos Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e na disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- b) As patentes dos oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são conferidas pelo Presidente da República.
- c) Os Corpos de Bombeiros Militares, mesmo sendo forças auxiliares e reserva do Exército, são subordinados aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

d) As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à segurança pública.

e) Aos militares das Forças Armadas é proibida a greve, mas não a sindicalização.

040. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO PARÁ/PRAÇA) De acordo com a CF, a competência para autorizar o Presidente da República a decretar o estado de sítio, nos casos de declaração de estado de guerra, pertence

- a) ao Conselho de Defesa Nacional.
- b) ao Conselho da República.
- c) ao Senado Federal.
- d) ao Congresso Nacional.
- e) à Câmara dos Deputados.

041. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO PARÁ/PRAÇA) Conforme a CF, os corpos de bombeiros militares dos estados, enquanto forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se

- a) ao Presidente da República.
- b) ao Exército brasileiro.
- c) aos prefeitos municipais.
- d) ao Ministério da Defesa.
- e) aos governadores dos estados.

042. (2023/MINISTÉRIO DA DEFESA – AERONÁUTICA/EAGS – SARGENTO DA AERONÁUTICA – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO) Assinale a alternativa correta. Na vigência do estado de sítio, qual medida poderá ser tomada contra as pessoas?

- a) Distribuição de bens.
- b) Busca e apreensão em qualquer recinto.
- c) Intervenção nas empresas de serviços privados.
- d) Obrigação de permanência em localidade determinada.

043. (2023/MINISTÉRIO DA DEFESA – AERONÁUTICA/EAGS – SARGENTO DA AERONÁUTICA – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO) Assinale a alternativa que completa a frase abaixo. As Forças Armadas, integradas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais _____ e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema _____, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia _____ e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

- a) temporárias – do Presidente da República – dos poderes organizacionais
- b) permanentes – do Presidente da República – dos poderes constitucionais
- c) permanentes – do Presidente do Congresso – dos poderes constitucionais
- d) temporárias – do Presidente do Congresso – dos poderes organizacionais

044. (2023/MINISTÉRIO DA DEFESA – AERONÁUTICA/EAGS – SARGENTO DA AERONÁUTICA – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO) Relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1 – Polícia Federal

2 – Polícia Ferroviária Federal

3 – Polícia Civil

4 – Corpo de Bombeiro

- () É um órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, que se destina, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
- () Incumbe-se da execução de atividades de defesa civil.
- () Previne e reprime o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- () Incumbe-se, ressalvada a competência da União, das funções de polícia judiciária e da apuração de infrações penais.

a) 1 – 3 – 2 – 4

b) 3 – 1 – 4 – 2

c) 2 – 4 – 1 – 3

d) 4 – 2 – 3 – 1

045. (2023/POLÍCIA MILITAR DO PARÁ/SOLDADO POLICIAL MILITAR) Assinale a opção correta acerca das disposições constitucionais de defesa do Estado e das instituições democráticas.

a) Na decretação do estado de defesa, não há necessidade de manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.

b) Na vigência do estado de defesa, excepcionalmente, é permitida a incomunicabilidade do preso.

c) Cessado o estado de defesa ou estado de sítio, cessarão também seus efeitos, não havendo que se falar em responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.

d) O estado de sítio pode ser decretado em caso de declaração do estado de guerra ou de resposta a agressão armada estrangeira.

e) A decretação do estado de sítio fica a cargo do presidente da República, sem necessidade de autorização prévia do Congresso Nacional, como ocorre no estado de defesa.

046. (2023/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE/DIREITO) No que tange a defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa incorreta:

a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

b) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas que irão vigorar.

c) Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

d) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

e) Na vigência do estado de defesa, é possível a incomunicabilidade do preso.

047. (2023/POLÍCIA MILITAR DO PARÁ/OFICIAL) A respeito da disciplina constitucional atinente às forças de segurança pública, bem como aos aspectos relacionados às forças armadas, assinale a opção correta.

a) As funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras são atribuições das polícias civis.

b) Às guardas civis incube a apuração de infrações penais, exceto as militares.

c) Ao militar são vedadas a sindicalização e a greve.

d) O militar, ainda que em serviço ativo, pode filiar-se a partidos políticos.

e) O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, inclusive nas hipóteses de cumulação de cargos privativos de profissionais da saúde, será transferido para a reserva.

048. (2023/PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS/OPERADOR DE MÁQUINAS) Segundo a Constituição Federal, são órgãos da segurança pública:

a) Polícia Administrativa.

b) Agentes do Ibama.

c) Polícia Rodoviária Federal.

d) Membros da ABIN.

e) Polícia Aeroespacial.

049. (2023/PREFEITURA DE SAPUCAIA DO SUL – RS/ADMINISTRADOR) O presidente da República pode, ouvidos o _____ e o _____, solicitar ao _____ autorização para decretar o estado de sítio. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas dos trechos acima.

a) Conselho da República – Conselho de Defesa Nacional – Congresso Nacional

b) Conselho da Organização das Nações Unidas – Conselho de Defesa Nacional – Congresso Nacional

c) Conselho da República – Conselho de Defesa Nacional – Congresso Estadual

d) Conselho da República – Congresso Nacional – Conselho de Defesa Nacional

e) Conselho da Organização das Nações Unidas – Congresso Nacional – Conselho da Cultura

050. (2023/COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO DE SANTOS – SP/ADVOGADO – ÁREA TRABALHISTA) De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza
- b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação
- c) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples
- d) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas

051. (INÉDITA/2025) Segundo o art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, EXCETO:

- a) polícia federal.
- b) polícia rodoviária federal.
- c) polícia rodoviária estadual.
- d) polícias civis.
- e) polícias militares e corpos de bombeiros militares.

052. (INÉDITA/2025) Com relação ao art. 144 da Constituição Federal, marque a alternativa INCORRETA:

- a) a polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras competências, a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- b) às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- c) as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

d) os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

e) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

053. (INÉDITA/2025) Segundo o art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, EXCETO:

- a) polícia federal.
- b) polícia rodoviária federal.
- c) polícia naval federal.
- d) polícias civis.
- e) polícias militares e corpos de bombeiros militares.

054. (INÉDITA/2025) A Constituição Federal define, no art. 144, que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Com relação ao que prescreve a Constituição Federal a respeito da segurança pública, assinale a opção correta.

- a) Compete à Marinha do Brasil exercer a função de polícia marítima.
- b) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e estaduais.
- c) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- d) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

055. (2023/PC-GO – ESCRIVÃO DE POLÍCIA DA 3ª CLASSE) Em relação à segurança pública, assinale a alternativa INCORRETA, considerando o disposto na Constituição Federal de 1988.

- a) A polícia federal destina-se a exercer, sem exclusividade, as funções de polícia judiciária da União e exercer, com exclusividade, as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- b) Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, cabe a execução de atividades de defesa civil.
- c) A segurança viária compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

d) A segurança pública é exercida através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares, polícias penais federal, estaduais e distrital.

e) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

056. (2023/PREFEITURA DE CUIABÁ – MT – APOIO JURÍDICO) A Constituição Federal, ao abordar a Defesa do Estado e das instituições democráticas, trata do estado de defesa. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

a) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de doze horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria simples

b) Na vigência do estado de defesa é obrigatória a incomunicabilidade do preso

c) Se o Congresso Nacional estiver em recesso, a decretação do estado de defesa deverá aguardar o retorno da sessão legislativa ordinária

d) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as previstas da Constituição Federal

057. (2022/PREFEITURA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO – ES – GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Sobre a defesa do estado e das instituições democráticas, expressos pela Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que na vigência do estado de defesa:

a) a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.

b) a prisão de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

c) é vedada a incomunicabilidade do preso.

d) a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, com exame, indispensável, de corpo de delito a ser requisitado a autoridade policial.

e) a detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

058. (2022/PREFEITURA DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO – RS – ELETRICISTA) O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública são atribuições constitucionais da Polícia:

a) Federal.

b) Militar.

c) Civil.

d) Rodoviária Federal.

059. (2022/PC-RO – ESCRIVÃO DE POLÍCIA) De acordo com o texto constitucional, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública cabem à(s)

- a) polícias civis.
- b) polícias penais.
- c) Polícia Rodoviária Federal.
- d) polícias militares.
- e) Polícia Federal.

060. (2022/PREFEITURA DE PARANATAMA – PE – GUARDA MUNICIPAL) De acordo com a Constituição Federal de 1988 a competência de apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas é:

- a) Da Guarda Civil Municipal.
- b) Da Polícia Civil.
- c) Do Ministério Público.
- d) Da Polícia Militar.
- e) Da Polícia Federal.

061. (2022/PC-GO – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Na medida em que a Constituição Federal, nos moldes do Direito Constitucional brasileiro, se dedica ao tratamento jurídico-político de questões tidas como constitucionalmente essenciais para a sociedade, o texto constitucional brasileiro conta com capítulo específico dedicado à Segurança Pública. Nesse particular, a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Em relação a esse tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A polícia federal e a polícia rodoviária federal destinam-se a exercer as funções de polícia judiciária da União.
- b) Incumbe a execução de atividades de defesa civil aos corpos de bombeiros militares.
- c) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- d) Compete à polícia federal apurar infrações contra a ordem política bem como exercer funções de polícia marítima.
- e) A remuneração dos servidores policiais elencados no art. 144 da Constituição Federal se dá obrigatoriamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação.

062. (2022/CÂMARA DE PARAUAPEBAS – PA – AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA) Nos termos do Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Acerca do tratamento dado pela Carta Magna ao assunto, é correto afirmar que:

- a) As guardas municipais objetivam a proteção de bens, serviços e instalações municipais, bem como a apuração de infrações penais, conforme dispuser a lei.
- b) A polícia federal, dentre outras atribuições, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social e exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- c) As Constituições Estaduais poderão criar órgãos próprios da segurança pública no âmbito do Estado, além daqueles previstos na Constituição Federal, como é o caso, por exemplo, das Polícias Científicas.
- d) As polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, estão previstas como órgão de segurança pública na Constituição desde sua promulgação original em 1988.

063. (2022/POLÍCIA CIENTÍFICA – SC – AUXILIAR CRIMINALÍSTICO) Assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- a) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços, instalações e ao policiamento ostensivo.
- b) Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- c) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais e o exercício das funções de polícia judiciária.
- d) A polícia ferroviária nacional, órgão permanente, organizado e mantido pelo Poder Executivo e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais, estaduais e municipais.
- e) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária, federal e estadual, e a apuração de infrações penais.

064. (2022/DPE-MT – ANALISTA – ADVOGADO) Relativamente à segurança pública, como tal prevista na Constituição Federal da República, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil
- b) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública
- c) Compete às polícias civis, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares
- d) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais

065. (2022/PC-RO – DELEGADO DE POLÍCIA) A decretação do estado de defesa, de acordo com o disposto na CF, autoriza a adoção das medidas de

- a) intervenção nas empresas de serviços públicos.

- b) incomunicabilidade do preso.
- c) busca e apreensão em domicílios.
- d) obrigação de permanência em localidade determinada.
- e) restrição ao direito de sigilo de comunicação telefônica.

066. (2022/PC-RO – DELEGADO DE POLÍCIA) Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), incumbe(m) à Polícia Civil

- a) a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- b) as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais.
- c) a segurança dos estabelecimentos penais.
- d) apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- e) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

067. (2022/PC-RO – TÉCNICO EM NECROPSIA) Conforme a Constituição Federal de 1988, a preservação da ordem pública, as funções de polícia judiciária do Estado, a segurança dos estabelecimentos penais estaduais e as funções de polícia de fronteiras incumbem, respectivamente, à

- a) polícia federal, à polícia militar, à polícia civil e à polícia militar.
- b) polícia federal, à polícia civil, à polícia penal e à polícia militar.
- c) polícia militar, à polícia civil, à polícia penal e à polícia federal.
- d) polícia civil, à polícia federal, à polícia militar e à polícia federal.
- e) polícia penal, à polícia civil, à polícia militar e à polícia federal.

068. (2022/PREFEITURA DE OEIRAS – PI – AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO) Acerca da Segurança Pública, prevista pelo Art. 144, da Constituição Federal, assinale a opção INCORRETA.

- a) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- b) Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- c) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e estaduais.
- d) A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
- e) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

069. (2022/PREFEITURA DE SÃO PAULO – SP – GUARDA CIVIL METROPOLITANO) Conforme dispõe a Constituição Federal Brasileira de 1988, integram órgãos da segurança pública, EXCETO:

- a) policiais civis.
- b) policiais federais.
- c) policiais rodoviários federais.
- d) agentes socioeducativos.
- e) bombeiros militares.

070. (2022/PREFEITURA DE SÃO PAULO – SP – GUARDA CIVIL METROPOLITANO) Segundo o texto constitucional, as Guardas municipais serão constituídas pelos Municípios com o fim de:

- a) exercício da segurança viária.
- b) exercício das funções de polícia judiciária.
- c) proteção de seus bens, serviços e instalações.
- d) servir como forças auxiliares e reserva do Exército.
- e) administrar o sistema penal da unidade federativa a que pertencem.

071. (2022/PREFEITURA DE OSASCO – SP – GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 3ª CLASSE) Nos termos da Constituição Federal, incumbe a apuração das infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União à polícia

- a) civil do Distrito Federal.
- b) militar do Distrito Federal.
- c) federal.
- d) rodoviária federal.
- e) penal da União.

072. (FGV/2022/OAB/EXAME DA ORDEM UNIFICADO XXXVI/PRIMEIRA FASE) Dois Estados de determinada região do Brasil foram atingidos por chuvas de tal magnitude que o fenômeno foi identificado como calamidade de grandes proporções na natureza. A ocorrência gerou graves ameaças à ordem pública, e o Presidente da República, após ouvir o Conselho da República e o de Defesa Nacional, decretou o estado de defesa, a fim de restabelecer a paz social. No decreto instituidor, indicou, como medida coercitiva, a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos dos Estados atingidos, sem direito a qualquer ressarcimento ou indenização por danos e custos decorrentes. Segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, no caso em análise,

- a) houve violação ao princípio federativo, já que o uso e a ocupação em tela importam em violação à autonomia dos Estados atingidos pela calamidade natural de grandes proporções.
- b) a medida coercitiva é constitucional, pois a decretação de estado de defesa confere à União poderes amplos para combater, durante um prazo máximo de noventa dias, as causas geradoras da crise.

- c) a medida coercitiva em tela viola a ordem constitucional, pois a União deve ser responsabilizada pelos danos e custos decorrentes da ocupação e uso temporário de bens e serviços de outros entes.
- d) a medida coercitiva, nos termos acima apresentados, somente será constitucional se houver prévia e expressa autorização de ambas as casas do Congresso Nacional.

GABARITO

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. d | 35. a | 69. d |
| 2. e | 36. a | 70. c |
| 3. c | 37. e | 71. c |
| 4. c | 38. b | 72. c |
| 5. a | 39. c | |
| 6. b | 40. d | |
| 7. c | 41. e | |
| 8. d | 42. d | |
| 9. c | 43. b | |
| 10. c | 44. c | |
| 11. b | 45. d | |
| 12. b | 46. e | |
| 13. c | 47. c | |
| 14. E | 48. c | |
| 15. d | 49. a | |
| 16. b | 50. c | |
| 17. e | 51. c | |
| 18. c | 52. e | |
| 19. a | 53. c | |
| 20. c | 54. d | |
| 21. E | 55. a | |
| 22. c | 56. d | |
| 23. b | 57. d | |
| 24. a | 58. b | |
| 25. b | 59. d | |
| 26. C | 60. e | |
| 27. E | 61. a | |
| 28. a | 62. b | |
| 29. b | 63. b | |
| 30. d | 64. d | |
| 31. c | 65. e | |
| 32. d | 66. b | |
| 33. c | 67. c | |
| 34. d | 68. c | |

GABARITO COMENTADO

001. (2024/POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO/DELEGADO DE POLÍCIA) No que diz respeito às atribuições das polícias na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

- I. Cabe às polícias civis a apuração de todas as infrações penais, salvo as infrações militares.
- II. É juridicamente válida a criação, por lei estadual, de órgão de polícia científica que não necessariamente componha a estrutura da Polícia Civil.
- III. As polícias de investigação criminal também exercem atividade administrativa não voltada à elucidação de infrações penais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.



I. Errado. Cabe às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais **estaduais**, exceto as militares, conforme estabelecido no artigo 144, § 4º, da CF. Portanto, o item I está errado porque os crimes de natureza federal são investigados pela polícia federal.

II. Certo. É juridicamente válida a criação, por lei estadual, de órgãos de polícia científica que podem, a depender da organização estadual, não estar vinculados diretamente à estrutura da Polícia Civil, desde que desempenhem funções compatíveis com a investigação e a perícia técnica, contribuindo para a apuração de infrações penais. A Constituição Federal não proíbe explicitamente essa organização, permitindo certa flexibilidade na organização da segurança pública pelos Estados. Assim, o item II está correto.

III. Certo. As polícias civis, enquanto órgãos de polícia judiciária, têm como função primordial a apuração de infrações penais, embora possam realizar algumas atividades administrativas. O item também está correto.

Letra d.

002. (2024/POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) A segurança pública é serviço a ser prestado pelo Estado para a preservação da ordem pública e da proteção da integridade das pessoas e do patrimônio. O artigo 144 da CF/88 enumera os órgãos atuantes neste domínio. Com base nas regras constitucionais vigentes e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a segurança pública, analise os itens a seguir:

I. É inconstitucional o exercício do direito de greve por parte dos integrantes de todas as carreiras policiais enumeradas no artigo 144 da CF/88.

II. Às Polícias Cíveis são atribuídas as funções de polícia judiciária, de segurança dos estabelecimentos prisionais e de investigação de infrações penais, com ressalva das de competência da União e de natureza militar.

III. As Polícias Militares, subordinadas à autoridade suprema do Presidente da República, possuem as atribuições de policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, apenas.



I. Certo. O Supremo Tribunal Federal tem entendido que o exercício do direito de greve é incompatível com a natureza das funções desempenhadas pelos integrantes das carreiras policiais, devido à essencialidade desses serviços para a manutenção da ordem pública e da segurança da população. Essa posição foi firmada no julgamento do Recurso Extraordinário 654.432, com repercussão geral reconhecida.

II. Errado. Às Polícias Cíveis são atribuídas as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, conforme o artigo 144, § 4º, da CF/88. A segurança dos estabelecimentos prisionais, por sua vez, é atribuída às polícias penais, conforme artigo 144, § 5º-A, da CF/1988.

III. Errado. As Polícias Militares são subordinadas aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, não à autoridade suprema do Presidente da República, conforme o artigo 144, § 6º, da CF/88.

Letra e.

003. (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Nos termos da Constituição Federal, aprovar o estado de defesa e a intervenção federal é da competência

- a) privativa do Senado Federal, para ambas.
- b) do Senado Federal e do Congresso Nacional, respectivamente.
- c) exclusiva do Congresso Nacional, para ambas.
- d) exclusiva da Câmara dos Deputados, por 3/5 dos seus membros, e do Conselho da República, respectivamente.
- e) privativa do Congresso Nacional e do Presidente da República, respectivamente.



O estado de defesa é aprovado pelo Congresso Nacional. De acordo com o artigo 136, § 4º, da CF/1988, “Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República,

dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta". Da mesma forma, a intervenção federal, prevista nos artigos 34 a 36, da CF/1988. Conforme o art. 36, § 1º, da CF/1988, "O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas".

Letra c.

004. (2023/COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO DE SANTOS/ADVOGADO) De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza
- b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação
- c) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples
- d) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas



Conforme o art. 137, parágrafo único, da CF/1988, "O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria **absoluta**".

Letra c.

005. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO/ PROCURADOR JURÍDICO) Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta, acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas.

- a) O presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou, prontamente, restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

- b) O decreto que instituir o estado de defesa terá, obrigatoriamente, tempo indeterminado, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará as medidas coercitivas a vigorarem.
- c) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a noventa dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram sua decretação.
- d) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria simples.
- e) O Congresso Nacional apreciará o decreto de estado de defesa dentro de cinco dias contados de seu recebimento.



Segundo o art. 136, "caput", da CF/1988, "O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza".

Letra a.

006. (2023/CÂMARA DE GUAMIRANGA – PR/ADVOGADO) Sobre o que reza a Carta Magna, no tocante ao tema Estado de Defesa, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República pode, ouvido apenas o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- c) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- d) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de vinte e quatro horas.
- e) O Congresso Nacional apreciará o decreto de estado de defesa ou sua prorrogação, dentro de cinco dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.



De acordo com o art. 136, § 2º, da CF/1988, "O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação".

Letra b.

007. (2023/CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO/ PROCURADOR) De acordo com a Constituição Federal, em relação ao Estado de Defesa e Estado de Sítio, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Na vigência do estado de defesa é admitida a incomunicabilidade do preso.
- b) O tempo de duração do estado de defesa poderá ser superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- c) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- d) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria simples.
- e) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria relativa.



Conforme o art. 136, “caput”, da CF/1988, “O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza”.

Letra c.

008. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SANTA CATARINA/ADVOGADO) Para José Afonso da Silva (1988, p. 66), o Estado Democrático “se funda no princípio da soberania popular que impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, participação que não se exaure (...) na simples formação das instituições representativas, que constituem um estágio da evolução do Estado Democrático, mas não o seu completo desenvolvimento”.

Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa correta.

- a) Uma vez cessado o estado de defesa, cessarão também os seus efeitos, devendo os atos ilícitos praticados no período ser anistiados pelo presidente da República, uma vez que não cabe responsabilizar os executores ou agentes pelos ilícitos cometidos.
- b) O presidente da República pode, ouvidos o presidente do Congresso Nacional e o do Supremo Tribunal Federal, decretar estado de sítio nos casos de grave comoção de repercussão nacional.

- c) As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Ministro da Defesa, e destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais.
- d) O estado de defesa pode ser decretado pelo presidente da República para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- e) Às punições disciplinares militares cabem os remédios do habeas corpus, mandado de injunção e mandado de segurança, sendo estes de competência originária da justiça militar.



De acordo com o art. 136, "caput", da CF/1988, "O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza".

Letra d.

009. (2023/CÂMARA DE VÁRZEA GRANDE/ADVOGADO) Para preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública ou a paz social, nas hipóteses previstas no texto constitucional, o Presidente da República pode decretar o Estado de Defesa e, dessa forma, podem ser estabelecidas restrições ao direito de:

- a) sigilo da fonte de imprensa
- b) locomoção no território nacional
- c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica
- d) reunião, preservado o exercido no seio das associações



De acordo com o artigo 136, § 1º, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, durante a vigência do estado de defesa, podem ser tomadas medidas para a restrição de "sigilo de comunicação telegráfica e telefônica".

Letra c.

010. (2023/MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAPÁ/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) No que tange à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- a) Durante o estado de defesa, a prisão de qualquer pessoa não poderá ser superior a cinco dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- b) Para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, a União poderá decretar estado de defesa em estado, município e no Distrito Federal, o qual perdurará pelo prazo máximo de trinta dias.

- c) Na vigência de estado de sítio, admite-se a imposição de restrições à liberdade de imprensa, de radiodifusão e de televisão.
- d) Compete ao Conselho de Defesa Nacional aprovar a decretação do estado de defesa e do estado de sítio.
- e) O presidente da República deve solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar estado de defesa.



Durante o estado de sítio, que é uma medida excepcional, podem ser impostas diversas restrições aos direitos e garantias individuais, incluindo a liberdade de imprensa, de radiodifusão e de televisão, conforme especificado no artigo 139 da Constituição Federal. Essas restrições devem ser proporcionais à gravidade da situação e limitadas à duração do estado de sítio.

Letra c.

011. (2024/PREFEITURA DE BARRA DO ROCHA – BA/PROCURADOR JURÍDICO) A Constituição Federal, dentro do tema defesa do Estado e das instituições democráticas, previu instrumentos para manter ou restabelecer a ordem nos momentos de anormalidades, é o que se chama de sistema constitucional de crises, que compreende o Estado de Defesa e o Estado de Sítio. Sobre o assunto, tendo como fundamento as disposições do texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Estado de sítio pode ser decretado para preservar ou prontamente restabelecer em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- c) O Presidente da República pode, ouvidos o Ministro da Justiça e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa.
- d) O Presidente da República pode, ouvidos o Ministro da Justiça e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de sítio.



- a) Errado. O enunciado descreve situações que autorizam o estado de defesa (art. 136 da CF/88), e não o estado de sítio. O estado de sítio, segundo o art. 137, da CF/88, é decretado em situações mais graves, como: comoção grave de repercussão nacional; ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; declaração de estado de guerra; resposta à agressão armada estrangeira.
- b) Certo. Conforme o art. 136, § 3º, III, da CF/88, durante o estado de defesa, “a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário”.

c) Errado. O estado de defesa não exige autorização prévia do Congresso Nacional. O Presidente da República, após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, pode decretá-lo diretamente, devendo apenas comunicar o Congresso em 24 horas (art. 136, § 4º, da CF/88).

d) Errado. Para decretar o estado de sítio, o Presidente da República precisa de autorização prévia do Congresso Nacional, conforme o art. 137, caput, da CF/88. O Ministro da Justiça não é mencionado como figura obrigatória nesse processo.

Letra b.

012. (2024/PREFEITURA DE IGUARACY – PE/GUARDA MUNICIPAL) A Segurança Pública no Brasil é exercida por diversos órgãos, conforme previsto no Art. 144 da Constituição Federal. Acerca das funções das guardas municipais na segurança pública, assinale a alternativa que reflete corretamente a Legislação Brasileira:

a) As guardas municipais são responsáveis por exercer o poder de polícia em todas as áreas, incluindo segurança estadual e federal.

b) O principal objetivo das guardas municipais é colaborar na segurança pública por meio da proteção de bens e serviços municipais.

c) A atuação das guardas municipais é limitada a áreas de vigilância patrimonial.

d) A Constituição Federal não reconhece as guardas municipais como integrantes do sistema de segurança pública.



a) Errado. As guardas municipais têm competência limitada, voltada à proteção dos bens, serviços e instalações municipais, conforme o art. 144, § 8º, da CF/88. Não possuem atribuições de segurança estadual ou federal.

b) Certo. De fato, O principal objetivo das guardas municipais é colaborar na segurança pública por meio da proteção de bens e serviços municipais. De acordo com o art. 144, § 8º, da CF/88, compete às guardas municipais a proteção de bens, serviços e instalações do município, sendo uma forma de colaboração com a segurança.

c) Errado. Embora a proteção de bens e instalações municipais seja uma atribuição central, as guardas municipais podem colaborar em outras atividades de segurança pública, respeitando sua competência legal.

d) Errado. As guardas municipais são reconhecidas pela Constituição Federal como parte da segurança pública no contexto de sua atuação específica, conforme o art. 144, § 8º.

Letra b.

013. (2024/PREFEITURA DE IGUARACY – PE/GUARDA MUNICIPAL) O Art. 144 da Constituição Federal organiza a segurança pública no Brasil. Sobre as disposições desse artigo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A segurança pública é responsabilidade exclusiva da União.
- b) As guardas municipais têm competência para a proteção de bens públicos e para policiamento ostensivo estadual.
- c) As polícias civis exercem a função de polícia judiciária, exceto nos crimes militares.
- d) As funções de segurança pública são incompatíveis com a participação da sociedade civil.



- a) Errado. De acordo com o art. 144 da CF/88, a segurança pública é dever do Estado (em sentido amplo, incluindo União, Estados, Municípios e DF), direito e responsabilidade de todos, e é exercida por diversos órgãos, não sendo exclusiva da União.
- b) Errado. As guardas municipais têm competência para proteger bens, serviços e instalações do Município, conforme o art. 144, § 8º, da CF/88, mas não possuem atribuição para o policiamento ostensivo estadual, que é responsabilidade da Polícia Militar.
- c) Certo. O art. 144, § 4º, da CF/88 estabelece que as polícias civis exercem as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares, que são competência da Justiça Militar e da Polícia Judiciária Militar.
- d) Errado. A segurança pública é responsabilidade de todos, conforme o art. 144, *caput*, da CF/1988, o que inclui a colaboração da sociedade civil em diversas formas, como conselhos comunitários de segurança.

Letra c.

014. (2024/TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL/PROCURADOR) Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, aos policiais civis e militares do DF é proibido associar-se a sindicatos e deflagrar greve.



Conforme o art. 142, § 3º, IV, da Constituição Federal de 1988, aplicado aos policiais militares do Distrito Federal por força do art. 42, § 1º, da CF/88, é vedada a sindicalização e a greve. Essa proibição de sindicalização é exclusiva dos militares, vale dizer, os policiais civis podem estabelecer sindicatos de sua categoria profissional. Por outro lado, no que tange ao direito de greve, o Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que sua proibição se estende aos policiais civis (RE 654432/MT e ARE 654432, com repercussão geral reconhecida). Logo, aos policiais civis e militares do DF é vedada a realização de greves, em conformidade com a Constituição Federal e a jurisprudência do STF.

Errado.

015. (2024/PREFEITURA DE JACARAÚ – PB/GUARDA MUNICIPAL FEMININO) Com base no Art. 144 da Constituição Federal de 1988, que trata da Segurança Pública, analise as alternativas a assinale a INCORRETA:

- a) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- b) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- c) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- d) Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; são atribuições das polícias civis e militares.
- e) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.



A atribuição de prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes, contrabando e descaminho é exclusiva da Polícia Federal, conforme o art. 144, § 1º, II, da CF/88. Não é competência das polícias civis ou militares. As demais alternativas estão em consonância com o art. 144, da CF/1988.

Letra d.

016. (2024/PREFEITURA DE CHÃ GRANDE – PE/GUARDA MUNICIPAL) O artigo 144 da Constituição Federal do Brasil trata da Segurança Pública, definindo as atribuições e responsabilidades das forças de segurança pública, suas responsabilidades para garantia e proteção dos cidadãos e do patrimônio. Com base no disposto neste artigo constitucional, assinale qual é o principal objetivo da atuação da Guarda Municipal:

- a) Garantir a ordem pública e a segurança no estado da federação em que está situado seu município.
- b) Garantir a proteção dos bens e serviços públicos municipais e a ordem pública local.
- c) Investigar crimes ocorridos no âmbito do município, expedindo mandados de busca e apreensão.
- d) Coordenar a segurança pública, desempenhando a função de polícia investigativa e judiciária do município.
- e) Realizar o patrulhamento ostensivo nas rodovias federais.



a) Errado. A Guarda Municipal não tem atribuição para garantir a ordem pública e segurança de todo o Estado, pois sua atuação é restrita ao Município.

- b) Certo. De acordo com o art. 144, § 8º, da Constituição Federal de 1988, as Guardas Municipais têm como objetivo a proteção de bens, serviços e instalações do Município, conforme disposto em lei. Assim, a principal atuação das Guardas Municipais está voltada para a segurança pública local, com foco na preservação do patrimônio público municipal.
- c) Errado. A investigação de crimes e a expedição de mandados são atribuições das Polícias Cíveis e Federais, e não da Guarda Municipal.
- d) Errado. A coordenação da segurança pública e as funções de polícia judiciária são competências das Polícias Cíveis e Federais, e não da Guarda Municipal.
- E. Incorreta: o patrulhamento ostensivo nas rodovias federais é competência da Polícia Rodoviária Federal (PRF), conforme o art. 144, § 2º, da CF/88.

Letra b.

017. (2024/PREFEITURA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE/GUARDA MUNICIPAL) Acerca da Guarda Civil Municipal na Constituição Federal,

- a) tem por atribuição o policiamento ostensivo, a preservação da ordem pública e a repressão a infrações penais, exceto sua apuração.
- b) possui competência para a segurança viária por meio de órgãos ou entidades executivos, devendo ser estruturados em carreira própria.
- c) trata-se de órgão permanente, organizado e mantido pelos Municípios e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das vias locais.
- d) volta-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses dos Municípios ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.
- e) os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.



- a) Errado. O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública são funções atribuídas às Polícias Militares, conforme o art. 144, § 5º, da Constituição Federal. A Guarda Municipal não tem essas competências.
- b) Errado. A competência para a segurança viária por meio de órgãos ou entidades executivos é atribuída aos órgãos de trânsito municipais, estaduais e federais, e não à Guarda Municipal.
- c) Errado. A Guarda Municipal não é um órgão de patrulhamento ostensivo, e sua atuação é limitada à proteção de bens, serviços e instalações municipais, conforme o art. 144, § 8º, da CF/88.
- d) Errado. A apuração de infrações penais é uma atribuição das Polícias Cíveis e Federais, de acordo com o art. 144, § 1º e § 4º, e não da Guarda Municipal.
- e) Certo. De acordo com o art. 144, § 8º, da Constituição Federal de 1988, os Municípios podem constituir guardas municipais com a finalidade principal de proteger bens, serviços

e instalações municipais, conforme regulamentado em lei. Esse dispositivo deixa claro que as Guardas Municipais não têm atribuição de polícia ostensiva ou judiciária, sendo sua atuação voltada para a preservação do patrimônio público municipal.

Letra e.

018. (2024/PREFEITURA DE FORMOSA – GO/GUARDA MUNICIPAL) A segurança pública, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Diante do que rege a Constituição Federal de 1988, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência é uma das atividades corretamente atribuídas à:

- a) Polícia Civil.
- b) Polícia Militar.
- c) Polícia Federal.
- d) Guarda Civil Municipal.



Conforme o art. 144, § 1º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, cabe à Polícia Federal a responsabilidade por: prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, combater o contrabando e o descaminho, isso tudo sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos.

Letra c.

019. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE MINAS GERAIS/SOLDADO – ÁREA: TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, conforme regulado pela Constituição da República Federativa do Brasil. Considerando as previsões constitucionais existentes no texto, afirma-se correto apenas o previsto em:

- a) ao militar são proibidas a sindicalização e a greve.
- b) o militar condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será excluído.
- c) caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.
- d) o militar, enquanto em serviço ativo, pode estar filiado a partidos políticos.



- a) Certo. De acordo com o art. 142, § 3º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, aos militares é vedada a sindicalização e a greve. Essa proibição está alinhada ao regime disciplinar e hierárquico das Forças Armadas, fundamentais para sua organização e funcionamento.
- b) Errado. O art. 142, § 3º, inciso VII, da CF/88, prevê que o “o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior”. Já o citado inciso VI estabelece que “o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra”.
- c) Errado. Conforme o art. 142, § 2º, da CF/88, não cabe *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.
- d) Errado. Conforme o art. 142, § 3º, inciso V, da CF/88, o militar não pode estar filiado a partidos políticos enquanto em serviço ativo, para garantir sua neutralidade política e alinhamento com os princípios institucionais.

Letra a.

020. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE MINAS GERAIS/SARGENTO – ÁREA: MECÂNICO DE AERONAVES) Fato é que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos enumerados no rol do art. 144 da Constituição Federal (05/10/1988). Tomando por base as funções de cada órgão, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas os municípios com mais de 20.000 habitantes poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- b) A segurança viária, de competência dos municípios, será exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas compreendendo exclusivamente a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.
- c) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- d) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.



- a) Errado. Não há limitação populacional na Constituição Federal para que os Municípios constituam guardas municipais. O art. 144, § 8º, apenas dispõe que “os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações”.

b) Errado. O art. 144, § 10, da CF/88, trata da segurança viária e estabelece que não é competência exclusiva dos Municípios, mas também dos Estados e do Distrito Federal, pelos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

c) Certo. De acordo com o art. 144, § 6º, da CF/88, “as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

d) Errado. As funções descritas na alternativa são atribuições da Polícia Federal, e não da Polícia Rodoviária Federal, conforme o art. 144, § 1º, inciso III.

Letra c.

021. (2024/CRS – POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS/POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS/SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR – ADAPTADO) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, incluídas a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.



A competência das polícias civis não abrange as infrações penais militares. A apuração dos crimes militares é da competência da Polícia Judiciária Militar (Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar) e é julgada pela Justiça Militar. Portanto, a parte “inclusive as militares” está incorreta.

Errado.

022. (2024/PREFEITURA DE CRISTALINA – GO/GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 2ª CLASSE) O Título V da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a defesa do Estado e das instituições democráticas. No que diz respeito à segurança pública, assinale a alternativa correta.

a) Cada estado poderá constituir guardas municipais aos seus municípios, para proteção de bens, serviços e manutenção da ordem pública.

b) A segurança pública é implementada pela polícia administrativa preventiva, também chamada de polícia de investigação, além da polícia ostensiva, representada pela polícia militar.

c) A segurança pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

d) Cabe à polícia ferroviária federal realizar as atividades de natureza policial, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários.



a) Errado. A Constituição Federal permite que os Municípios constituam guardas municipais para a proteção de seus bens, serviços e instalações

b) Errado. A segurança pública é implementada por órgãos de polícia judiciária (como as polícias civis e federal) e polícia ostensiva (como a polícia militar). A polícia administrativa preventiva diz respeito às polícias militares. Já a polícia de investigação descreve a atuação da polícia civil e da polícia federal, como órgãos de polícia judiciária.

c) Certo. Está de acordo com o art. 144, caput, da Constituição Federal, que afirma que a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos os cidadãos. A segurança pública visa a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, como indicado corretamente na alternativa.

d) Errado. A polícia ferroviária federal atua no setor ferroviário e não em rodovias. Atividades de natureza policial em rodovias federais é responsabilidade da polícia rodoviária federal.

Letra c.

023. (2024/PREFEITURA DE ABREU E LIMA – PE/TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO) Em razão de agressão armada estrangeira, o Presidente da República foi informado por seus assessores sobre a necessidade de serem adotadas medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas. Nas circunstâncias indicadas, é possível a decretação do

a) estado de sítio, de competência das Forças Armadas, após autorização do Presidente da República.

b) estado de sítio, de competência do Presidente da República, com prévia autorização do Congresso Nacional.

c) estado de urgência, de competência das Forças Armadas, com posterior ratificação do Congresso Nacional.

d) estado de defesa, de competência do Congresso Nacional, competindo ao Presidente da República a sua execução.

e) estado de defesa, de competência do Presidente da República, com posterior ratificação do Senado Federal.



a) Errado. O estado de sítio pode ser decretado pelo Presidente da República em caso de agressão armada estrangeira, mas não depende das Forças Armadas. Além disso, é necessário a prévia autorização do Congresso Nacional, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

b) Certo. O estado de sítio é uma medida extrema prevista pela Constituição Federal em caso de: comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. O Presidente da República pode decretá-lo, mas é necessário que o Congresso Nacional autorize previamente. Essa previsão está conforme o art. 137 da Constituição Federal.

c) Errado. Não existe um “estado de urgência” no contexto constitucional brasileiro. O correto seria o estado de defesa ou estado de sítio, conforme as circunstâncias. A competência

para decretar qualquer um desses dois estados é do Presidente da República, não das Forças Armadas.

d) Errado. O estado de defesa pode ser decretado pelo Presidente da República e não depende de autorização prévia do Congresso Nacional para ser decretado. Apenas o estado de sítio depende dessa autorização prévia.

e) Errado. O estado de defesa é de competência do Presidente da República. O procedimento para a instituição do estado de defesa envolve todo o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), que ratifica ou não o decreto presidencial.

Letra b.

024. (2024/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP/GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 2ª CLASSE) A Constituição Federal de 1988 estabelece que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de diversos órgãos. Observe as assertivas a seguir sobre tais órgãos:

I. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a, por exemplo, exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

II. Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

III. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

De acordo com o texto constitucional, está correto o que se afirma em

a) I e III, apenas.

b) II e III, apenas.

c) I, apenas.

d) II, apenas.

e) I, II e III.



Análise das assertivas:

I. Certa. A Polícia Federal (PF) é, de fato, um órgão permanente da União, responsável pela investigação de crimes federais e funções de polícia judiciária da União, como tráfico internacional de drogas, contrabando e outros delitos de competência federal. Está organizada em carreiras, conforme definido na Constituição Federal.

II. Errada. As polícias civis têm como atribuições as funções de polícia judiciária (investigação de infrações e apuração de crimes), e não as funções de polícia ostensiva e preservação da

ordem pública, que são responsabilidade das polícias militares. Portanto, essa assertiva está incorreta.

III. Certa. A Constituição Federal afirma que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e de reserva do Exército, sendo subordinados aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, assim como as polícias civis e polícias penais estaduais e distrital (art. 144, § 6º, da CF/88).

Letra a.

025. (2024/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP/GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 2ª CLASSE) Consoante dispõe a Constituição Federal de 1988, os Municípios, conforme dispuser a lei, poderão constituir guardas municipais destinadas

- a) à execução de atividades de defesa civil.
- b) à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- c) às funções de polícia judiciária municipal e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- d) à atividade de polícia ostensiva e à preservação da ordem pública.
- e) a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, nos limites do Município.



Segundo o art. 144, § 8º, da CF/1988, os Municípios podem constituir guardas municipais para a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Letra b.

026. (2024/PREFEITURA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES/GUARDA MUNICIPAL) As polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as polícias civis subordinam-se aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.



Conforme o art. 144, § 6º, da Constituição Federal de 1988, as polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as polícias civis subordinam-se aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Essa subordinação reflete a organização da segurança pública em âmbito estadual e distrital, sendo os governadores responsáveis pela coordenação e direção dessas forças no território de sua competência.

Certo.

027. (2024/PREFEITURA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES/GUARDA MUNICIPAL) As forças armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, cuja organização institucional se baseia na hierarquia, na disciplina e na ética militar.



Conforme o art. 142, “caput”, da Constituição Federal de 1988, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República. Embora a ética militar seja um valor importante dentro das Forças Armadas, ela não é mencionada como fundamento na organização institucional descrita no texto constitucional. A organização está diretamente vinculada aos princípios da hierarquia e da disciplina, que norteiam as suas atividades e estrutura.

Errado.

028. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA EXECUÇÃO DE MANDADOS) Ana, cientista política, ao verificar a possibilidade de utilização dos institutos do estado de defesa e do estado de sítio para contornar uma comoção grave de repercussão nacional, concluiu corretamente que, nessa hipótese:

- a) somente é cabível a decretação do estado de sítio;
- b) somente é cabível a decretação do estado de defesa;
- c) o presidente da República tem discricionariedade para optar por uma ou outra das referidas medidas;
- d) há um escalonamento entre as referidas medidas, de modo que se deve iniciar pelo estado de defesa e, caso seja ineficaz, avançar-se para o estado de sítio;
- e) a comoção referida na narrativa, desacompanhada de risco para a segurança nacional, não autoriza a decretação do estado de defesa ou do estado de sítio.



A questão versa sobre os instrumentos do estado de defesa e do estado de sítio previstos no sistema constitucional de crises, regulados pelos arts. 136 e 137 da Constituição Federal de 1988. A situação narrada trata de uma hipótese de estado sítio. Conforme o art. 137, da CF/88, “O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: I – comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; II – declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira”.

Letra a.

029. (2024/ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/ADVOGADO) Depois da ocorrência de calamidade de grandes proporções, em razão de enchentes causadas por chuvas cuja intensidade foi classificada como “sem precedentes”, o Presidente da República vislumbra a

possível necessidade de decretação de estado de defesa para combater o quadro caótico no qual se encontram quatro estados de uma determinada região do país. Depois de visitar o local, ele tem dúvidas acerca do prazo de duração da medida e, por isso, submete a proposta à apreciação de sua assessoria jurídica. Assinale a afirmativa que, em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, deve ser adotada

- a) O Presidente da República tem poder discricionário para definir o prazo de duração, desde que haja aprovação prévia do Congresso Nacional.
- b) O tempo de duração não será superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- c) O tempo para a superação da crise que deu origem à decretação pelo Presidente da República não pode ultrapassar uma sessão legislativa.
- d) O tempo de duração será definido discricionariamente, em respeito ao princípio da separação de poderes, pelo Congresso Nacional.



Essa disposição está prevista no art. 136, § 2º, da CF/1988, que estabelece a duração inicial máxima de 30 dias para o estado de defesa, permitindo uma única prorrogação por igual período, desde que as causas que motivaram a medida continuem a justificar sua aplicação.

Letra b.

030. (2024/PREFEITURA DE ALPESTRE – RS/ASSISTENTE SOCIAL) Quem pode decretar estado de defesa, de acordo com a Constituição Federal?

- a) 2/3 dos Governadores.
- b) Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) Primeiro Ministro.
- d) Presidente da República.
- e) Maioria do Senado Federal.



Segundo o art. 136, “caput”, da CF/1988, “O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza”. Ou seja, conforme o art. 136 da Constituição Federal de 1988, o Presidente da República é a autoridade competente para decretar o estado de defesa, devendo seguir os requisitos e limites constitucionais.

Letra d.

031. (2024/PREFEITURA DE PATO BRAGADO – PR/MOTORISTA) No Brasil, a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio são atribuições das forças de segurança pública. Entre as opções apresentadas, a instituição que NÃO integra especificamente o grupo das forças de segurança pública é:

- a) A Polícia Militar.
- b) A Polícia Civil.
- c) O Exército Brasileiro.
- d) O Corpo de Bombeiros Militar.



O Exército Brasileiro não integra as forças de segurança pública, mas sim as Forças Armadas, que são regidas pelo art. 142 da Constituição Federal de 1988. Sua principal função é a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem. As forças de segurança pública estão previstas no art. 144 da CF/1988 e incluem, dentre outras:

- Polícia Militar (PM): responsável pelo policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.
- Polícia Civil: incumbida das funções de polícia judiciária e da apuração de infrações penais, exceto as militares.
- Corpo de Bombeiros Militar: atua na defesa civil, na prevenção e combate a incêndios, além de atividades definidas em lei.

Letra c.

032. (2024/POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO/DELEGADO DE POLÍCIA) No que diz respeito às atribuições das polícias na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

- I. Cabe às polícias civis a apuração de todas as infrações penais, salvo as infrações militares.
- II. É juridicamente válida a criação, por lei estadual, de órgão de polícia científica que não necessariamente componha a estrutura da Polícia Civil.
- III. As polícias de investigação criminal também exercem atividade administrativa não voltada à elucidação de infrações penais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.



Análise dos itens:

- I. Errado. Cabe às polícias civis a apuração de todas as infrações penais, salvo as infrações militares. Embora as polícias civis sejam responsáveis pela apuração de infrações penais,

a competência para apurar determinadas infrações (como as federais) pertence à Polícia Federal, conforme o art. 144, § 1º, I a IV, da CF/1988.

II. Certo. É juridicamente válida a criação, por lei estadual, de órgão de polícia científica que não necessariamente componha a estrutura da Polícia Civil. A polícia científica pode ser instituída como órgão autônomo, desde que isso seja previsto em lei estadual. O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que a criação de órgão de polícia científica fora da estrutura da Polícia Civil não contraria a Constituição Federal, desde que respeite as competências estaduais.

III. Certo. As polícias de investigação criminal também exercem atividade administrativa não voltada à elucidação de infrações penais. Além de investigar crimes, as polícias civis realizam atividades administrativas, como a expedição de documentos e a organização interna de sua estrutura. Essas atividades não estão diretamente relacionadas à investigação de infrações penais, mas são fundamentais para o funcionamento do órgão.

Letra d.

033. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE PERNAMBUCO/SOLDADO) São órgãos de segurança pública expressamente previstos no Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, EXCETO

- a) as polícias civis e a polícia rodoviária federal.
- b) as polícias militares e os corpos de bombeiros militares.
- c) o Ministério Público e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
- d) as polícias penais federal, estaduais e distrital.
- e) a polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal.



O art. 144 da Constituição Federal de 1988 estabelece os órgãos que integram o sistema de segurança pública no Brasil. Eles são: Polícia Federal (art. 144, I e § 1º); Polícia Rodoviária Federal (art. 144, II e § 2º); Polícia Ferroviária Federal (art. 144, III e § 3º); Polícias Civis (art. 144, IV e § 4º); Polícias Militares (art. 144, V e § 5º); Corpos de Bombeiros Militares (art. 144, V e § 5º); Polícias Penais (federal, estaduais e distrital) (art. 144, VI, § 5º-A); Guardas Municipais (art. 144, § 8º). Assim, nem o Ministério Público (MP) nem a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) são órgãos de segurança pública.

Letra c.

034. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE PERNAMBUCO/SOLDADO) Observadas as formalidades constitucionais, o Presidente da República decretou estado de defesa em determinada região do país atingida por grave calamidade da natureza. Nesse caso, segundo

a Constituição Federal, é correto afirmar que o Presidente da República, dentro do prazo constitucionalmente previsto, deve submeter o ato com a respectiva justificação ao(à)

- a) Supremo Tribunal Federal, que decidirá por dois terços dos votos de seus membros.
- b) Senado Federal, que decidirá por maioria absoluta.
- c) Câmara dos Deputados, que decidirá por três quintos dos votos de seus membros.
- d) Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- e) Conselho de Defesa Nacional, que decidirá por maioria.



De acordo com o art. 136, § 4º, da Constituição Federal de 1988, a decretação do estado de defesa pelo Presidente da República deve ser submetida, no prazo de até 24 horas, com a respectiva justificação, ao Congresso Nacional, que deliberará por maioria absoluta.

Letra d.

035. (2024/PREFEITURA DE PALMEIRAS DE GOIÁS – GO/GUARDA MUNICIPAL) De acordo com o art. 144 da Constituição Federal, "(...) segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio." Nesses termos, é correto afirmar que:

- a) os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- b) às polícias penais, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;
- c) às polícias civis, cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- d) à polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais;



- a) Certo. De acordo com o art. 144, § 8º, da Constituição Federal, os Municípios podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme regulamentado por lei.
- b) Errado. As polícias penais são responsáveis pela segurança dos estabelecimentos penais e vinculadas ao órgão administrador do sistema prisional. Elas não têm atribuições de polícia judiciária, que são exclusivas das polícias civis no âmbito estadual/distrital e da polícia federal no âmbito da União.

c) Errado. A polícia ostensiva e a preservação da ordem pública são atribuições das polícias militares, conforme o art. 144, § 5º, da CF/88. As polícias civis têm como função a polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as de natureza militar.

d) Errado. A polícia rodoviária federal tem como atribuição o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, conforme o art. 144, § 2º, da CF/88.

Letra a.

036. (2024/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – MG/AUDITOR – ÁREA DIREITO) Pedro, analista de geopolítica, à luz de determinadas situações fáticas ocorridas no território nacional, iniciou a análise das medidas passíveis de serem adotadas para a defesa do Estado e das instituições democráticas. Em sua análise, refletiu sobre uma providência: I. a ser adotada em razão de comoção grave de repercussão nacional; II. que não pode se estender por prazo superior a trinta dias, não podendo ser prorrogado, de cada vez, por prazo superior a esse; III. cujas respectivas medidas serão acompanhadas por uma Comissão designada pela Mesa do Congresso Nacional. A providência alvitrada por Pedro

a) pode ser apenas o estado de sítio.

b) pode ser apenas o estado de defesa.

c) pode ser o estado de defesa ou o estado de sítio.

d) não se compatibiliza com as características constitucionais do estado de defesa e do estado de sítio.



A situação narrada enquadra-se em uma das hipóteses de estado de sítio. Conforme o art. 137, da CF/1988, “O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: I – comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; II – declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira”. Na hipótese de estado de sítio prevista no art. 137, I, não poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior (art. 138, § 1º, da CF/1988). Além disso, determina o art. 140, da CF/1988, que “A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio”.

Letra a.

037. (2024/POLÍCIA MILITAR DO PERNAMBUCO/SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR) De acordo com o que prevê a Constituição da República Federativa do Brasil acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, é correto afirmar que

- a) o Presidente da República pode decretar estado de sítio para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) no caso de comoção grave de repercussão nacional, o estado de sítio não poderá ser decretado por mais de quinze dias, podendo ser prorrogado, de cada vez, por mais quinze dias.
- c) para decretar o estado de defesa, o Presidente da República precisa solicitar autorização ao Congresso Nacional.
- d) o Presidente da República pode decretar o estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- e) na vigência do estado de defesa, é vedada a incomunicabilidade do preso.



- a) Errado. Essa hipótese descrita é referente ao estado de defesa, conforme o art. 136 da CF/88. O estado de sítio possui requisitos mais graves, como comoção grave de repercussão nacional ou situações de guerra (art. 137 da CF/88).
- b) Errado. O prazo inicial para o estado de sítio é de 30 dias ou pelo tempo de guerra/agressão estrangeira, e a prorrogação também segue essa lógica, conforme o art. 138, § 1º, da CF/88.
- c) Errado. O Presidente da República pode decretar o estado de defesa diretamente, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, e deve, posteriormente, submeter o ato ao Congresso Nacional no prazo de 24 horas, conforme o art. 136, “caput”, e § 4º, da CF/88.
- d) Errado. Essas situações são hipóteses de decretação do estado de sítio, e não do estado de defesa, conforme o art. 137, II, da CF/88.
- e) Certo. O art. 136, § 3º, IV, da CF/88, determina expressamente que, mesmo durante o estado de defesa, é vedada a incomunicabilidade do preso.

Letra e.

038. (2024/USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU/AGENTE DE SEGURANÇA) Com fundamento nas disposições constitucionais relativas à segurança pública, julgue os itens que se seguem.

- I. O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública cabem às polícias civis, militares e penais.
- II. Incumbe aos corpos de bombeiros militares a execução de atividades de defesa civil.
- III. Os municípios deverão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- IV. A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e III estão certos.
- b) Apenas os itens II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.



Análise dos itens:

I. Errado. O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública cabem às polícias civis, militares e penais. O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública são atribuições exclusivas das polícias militares, conforme o art. 144, § 5º, da CF/88. As polícias civis e penais não exercem essas funções.

II. Certo. Incumbe aos corpos de bombeiros militares a execução de atividades de defesa civil. Essa é uma atribuição constitucionalmente prevista para os corpos de bombeiros militares, de acordo com o art. 144, § 5º, da CF/88.

III. Errado. Os municípios deverão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. Os municípios podem, mas não devem constituir guardas municipais para a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme o art. 144, § 8º, da CF/88. Trata-se de uma faculdade, e não de uma obrigação.

IV. Certo. A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Essa definição está expressamente prevista no caput do art. 144 da CF/88.

Letra b.

039. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO PARÁ/OFICIAL) Acerca das instituições militares previstas na Constituição da República, assinale a opção correta.

- a) Os membros dos Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e na disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- b) As patentes dos oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são conferidas pelo Presidente da República.
- c) Os Corpos de Bombeiros Militares, mesmo sendo forças auxiliares e reserva do Exército, são subordinados aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- d) As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à segurança pública.
- e) Aos militares das Forças Armadas é proibida a greve, mas não a sindicalização.



- a) Errado. Os Corpos de Bombeiros Militares são instituições estaduais, do Distrito Federal e dos Territórios. Os municípios não possuem bombeiros militares, e estes não se enquadram como militares municipais.
- b) Errado. As patentes dos oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são conferidas pelo Presidente da República, conforme a competência federal sobre o DF.
- c) Certo. Conforme o art. 144, § 6º, da CF/88, os Corpos de Bombeiros Militares, como forças auxiliares e reserva do Exército, são subordinados aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- d) Errado. As Forças Armadas destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (art. 142 da CF/88). A segurança pública, por sua vez, é competência dos órgãos descritos no art. 144 da CF/88, como as polícias e bombeiros militares.
- e) Errado. Aos militares das Forças Armadas é vedada tanto a greve quanto a sindicalização, conforme o art. 142, § 3º, IV, da CF/88.

Letra c.

040. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO PARÁ/PRAÇA) De acordo com a CF, a competência para autorizar o Presidente da República a decretar o estado de sítio, nos casos de declaração de estado de guerra, pertence

- a) ao Conselho de Defesa Nacional.
- b) ao Conselho da República.
- c) ao Senado Federal.
- d) ao Congresso Nacional.
- e) à Câmara dos Deputados.



De acordo com o art. 49, IV, da Constituição Federal de 1988, é competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o Presidente da República a decretar o estado de sítio e aprovar o estado de defesa. Além disso, conforme o art. 137, *caput*, da CF/88, o estado de sítio somente pode ser decretado pelo Presidente da República após autorização do Congresso Nacional.

Letra d.

041. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO PARÁ/PRAÇA) Conforme a CF, os corpos de bombeiros militares dos estados, enquanto forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se

- a) ao Presidente da República.

- b) ao Exército brasileiro.
- c) aos prefeitos municipais.
- d) ao Ministério da Defesa.
- e) aos governadores dos estados.



De acordo com o art. 144, § 6º, da Constituição Federal de 1988, os Corpos de Bombeiros Militares, bem como as Polícias Militares, são forças auxiliares e reserva do Exército, mas subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Portanto, mesmo tendo vínculo funcional como reserva do Exército Brasileiro, a subordinação direta é ao chefe do Poder Executivo estadual ou distrital.

Letra e.

042. (2023/MINISTÉRIO DA DEFESA – AERONÁUTICA/EAGS – SARGENTO DA AERONÁUTICA – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO) Assinale a alternativa correta. Na vigência do estado de sítio, qual medida poderá ser tomada contra as pessoas?

- a) Distribuição de bens.
- b) Busca e apreensão em qualquer recinto.
- c) Intervenção nas empresas de serviços privados.
- d) Obrigação de permanência em localidade determinada.



De acordo com o art. 139 da Constituição Federal de 1988, durante a vigência do estado de sítio (com fundamento no art. 137, I – comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa), podem ser tomadas as seguintes medidas contra as pessoas: I – obrigação de permanência em localidade determinada; II – detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns; III – restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei; IV – suspensão da liberdade de reunião; V – busca e apreensão em domicílio; VI – intervenção nas empresas de serviços públicos; VII – requisição de bens.

Letra d.

043. (2023/MINISTÉRIO DA DEFESA – AERONÁUTICA/EAGS – SARGENTO DA AERONÁUTICA – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO) Assinale a alternativa que completa a frase abaixo. As Forças Armadas, integradas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais _____ e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema _____, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia _____ e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

- a) temporárias – do Presidente da República – dos poderes organizacionais
- b) permanentes – do Presidente da República – dos poderes constitucionais
- c) permanentes – do Presidente do Congresso – dos poderes constitucionais
- d) temporárias – do Presidente do Congresso – dos poderes organizacionais



De acordo com o art. 142, “caput”, da CF/1988, “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Letra b.

044. (2023/MINISTÉRIO DA DEFESA – AERONÁUTICA/EAGS – SARGENTO DA AERONÁUTICA – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO) Relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1 – Polícia Federal

2 – Polícia Ferroviária Federal

3 – Polícia Civil

4 – Corpo de Bombeiro

- () É um órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, que se destina, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
- () Incumbe-se da execução de atividades de defesa civil.
- () Previne e reprime o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- () Incumbe-se, ressalvada a competência da União, das funções de polícia judiciária e da apuração de infrações penais.

a) 1 – 3 – 2 – 4

b) 3 – 1 – 4 – 2

c) 2 – 4 – 1 – 3

d) 4 – 2 – 3 – 1



Relação das colunas:

Polícia Federal: previne e reprime o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho.

Polícia Ferroviária Federal: destina-se ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

Polícia Civil: incumbe-se das funções de polícia judiciária e da apuração de infrações penais, ressalvada a competência da União.

Corpo de Bombeiros: incumbe-se da execução de atividades de defesa civil.

Letra c.

045. (2023/POLÍCIA MILITAR DO PARÁ/SOLDADO POLICIAL MILITAR) Assinale a opção correta acerca das disposições constitucionais de defesa do Estado e das instituições democráticas.

- a) Na decretação do estado de defesa, não há necessidade de manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- b) Na vigência do estado de defesa, excepcionalmente, é permitida a incomunicabilidade do preso.
- c) Cessado o estado de defesa ou estado de sítio, cessarão também seus efeitos, não havendo que se falar em responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.
- d) O estado de sítio pode ser decretado em caso de declaração do estado de guerra ou de resposta a agressão armada estrangeira.
- e) A decretação do estado de sítio fica a cargo do presidente da República, sem necessidade de autorização prévia do Congresso Nacional, como ocorre no estado de defesa.



- a) Errado. O Presidente da República deve ouvir previamente o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional para decretar o estado de defesa, conforme o art. 90, I, e o art. 91, § 1º, da Constituição Federal.
- b) Errado. A incomunicabilidade do preso é vedada, mesmo durante a vigência do estado de defesa, conforme o art. 136, § 3º, IV, da CF.
- c). Errado. A CF prevê que, mesmo após o fim do estado de defesa ou estado de sítio, é possível apurar responsabilidades pelos ilícitos cometidos pelos agentes, conforme o princípio da responsabilidade (art. 141, da CF/88).
- d) Certo. O art. 137, II, da CF/88, estabelece que o estado de sítio pode ser decretado nessas situações. Conforme o art. citado, “O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: I – comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; II – declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira”.
- e) Errado. Para decretar o estado de sítio, o Presidente da República deve solicitar autorização ao Congresso Nacional, conforme o art. 137, caput, da CF.

Letra d.

- 046.** (2023/TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE/DIREITO) No que tange a defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa incorreta:
- a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
 - b) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas que irão vigorar.
 - c) Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
 - d) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
 - e) Na vigência do estado de defesa, é possível a incomunicabilidade do preso.



Conforme o art. 136, § 3º, inciso IV, da CF/1988, é vedada a incomunicabilidade do preso. As demais alternativas estão de acordo com a Constituição Federal.

Letra e.

- 047.** (2023/POLÍCIA MILITAR DO PARÁ/OFICIAL) A respeito da disciplina constitucional atinente às forças de segurança pública, bem como aos aspectos relacionados às forças armadas, assinale a opção correta.
- a) As funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras são atribuições das polícias civis.
 - b) Às guardas civis incube a apuração de infrações penais, exceto as militares.
 - c) Ao militar são vedadas a sindicalização e a greve.
 - d) O militar, ainda que em serviço ativo, pode filiar-se a partidos políticos.
 - e) O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, inclusive nas hipóteses de cumulação de cargos privativos de profissionais da saúde, será transferido para a reserva.



- a). Errado. Essas funções são de competência da Polícia Federal, conforme o art. 144, § 1º, inciso III, da Constituição Federal.
- b). Errado. Às guardas municipais cabe apenas a proteção de bens, serviços e instalações dos municípios, conforme o art. 144, § 8º, da CF. Elas não possuem função de apuração de infrações penais.

- c) Certo. Isso está disposto no art. 142, § 3º, inciso IV, da CF. Essas restrições decorrem da natureza das funções exercidas pelos militares.
- d). Errado. É vedada a filiação partidária de militares da ativa, conforme o art. 142, § 3º, inciso V, da CF.
- e) Errado. O art. 142, § 3º, inciso II, da CF, determina que o militar será transferido para a reserva ao tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, mas isso não inclui os casos de cumulação lícita de cargos privativos na área da saúde ou do magistério.

Letra c.

048. (2023/PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS/OPERADOR DE MÁQUINAS) Segundo a Constituição Federal, são órgãos da segurança pública:

- a) Polícia Administrativa.
- b) Agentes do Ibama.
- c) Polícia Rodoviária Federal.
- d) Membros da ABIN.
- e) Polícia Aeroespacial.



De acordo com o art. 144 da Constituição Federal de 1988, os órgãos da segurança pública no Brasil são: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; Guardas Municipais; Polícias Penais federal, estaduais e distrital.

Letra c.

049. (2023/PREFEITURA DE SAPUCAIA DO SUL – RS/ADMINISTRADOR) O presidente da República pode, ouvidos o _____ e o _____, solicitar ao _____ autorização para decretar o estado de sítio. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas dos trechos acima.

- a) Conselho da República – Conselho de Defesa Nacional – Congresso Nacional
- b) Conselho da Organização das Nações Unidas – Conselho de Defesa Nacional – Congresso Nacional
- c) Conselho da República – Conselho de Defesa Nacional – Congresso Estadual
- d) Conselho da República – Congresso Nacional – Conselho de Defesa Nacional
- e) Conselho da Organização das Nações Unidas – Congresso Nacional – Conselho da Cultura



Consoante o art. 137, da CF/1988, “Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: I – comoção grave de repercussão nacional

ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; II – declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira”.

Letra a.

050. (2023/COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO DE SANTOS – SP/ADVOGADO – ÁREA TRABALHISTA) De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza
- b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação
- c) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples
- d) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas



De acordo com o art. 137, “caput”, da CF, para decretar o estado de sítio, o Presidente da República precisa solicitar autorização ao Congresso Nacional e relatar os motivos determinantes do pedido. Contudo, o Congresso Nacional decide por maioria absoluta, e não por maioria simples. Conforme o art. 137, parágrafo único, da CF/1988, “O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta”. As demais alternativas estão de acordo com a Constituição Federal.

Letra c.

051. (INÉDITA/2025) Segundo o art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, EXCETO:

- a) polícia federal.
- b) polícia rodoviária federal.
- c) polícia rodoviária estadual.
- d) polícias civis.
- e) polícias militares e corpos de bombeiros militares.



Os órgãos citados no art. 144 são: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Letra c.

052. (INÉDITA/2025) Com relação ao art. 144 da Constituição Federal, marque a alternativa INCORRETA:

- a) a polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras competências, a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- b) às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- c) as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- d) os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- e) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.



Segundo o art. 144, § 4º, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Letra e.

053. (INÉDITA/2025) Segundo o art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, EXCETO:

- a) polícia federal.
- b) polícia rodoviária federal.
- c) polícia naval federal.

- d) polícias civis.
- e) polícias militares e corpos de bombeiros militares.



Os órgãos citados no art. 144 são: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Letra c.

054. (INÉDITA/2025) A Constituição Federal define, no art. 144, que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Com relação ao que prescreve a Constituição Federal a respeito da segurança pública, assinale a opção correta.

- a) Compete à Marinha do Brasil exercer a função de polícia marítima.
- b) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e estaduais.
- c) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- d) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.



Exatamente o que prevê o art. 144, § 8º, da CF.

Letra d.

055. (2023/PC-GO – ESCRIVÃO DE POLÍCIA DA 3ª CLASSE) Em relação à segurança pública, assinale a alternativa INCORRETA, considerando o disposto na Constituição Federal de 1988.

- a) A polícia federal destina-se a exercer, sem exclusividade, as funções de polícia judiciária da União e exercer, com exclusividade, as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- b) Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, cabe a execução de atividades de defesa civil.
- c) A segurança viária compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.
- d) A segurança pública é exercida através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares, polícias penais federal, estaduais e distrital.

e) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.



Conforme o art. 144, § 1º, IV, da CF/1988, “A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: [...] exercer, **com exclusividade**, as funções de polícia judiciária da União”.

Letra a.

056. (2023/PREFEITURA DE CUIABÁ – MT – APOIO JURÍDICO) A Constituição Federal, ao abordar a Defesa do Estado e das instituições democráticas, trata do estado de defesa. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de doze horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria simples
- b) Na vigência do estado de defesa é obrigatória a incomunicabilidade do preso
- c) Se o Congresso Nacional estiver em recesso, a decretação do estado de defesa deverá aguardar o retorno da sessão legislativa ordinária
- d) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as previstas da Constituição Federal



Segundo o art. 136, § 1º, da CF/1988, “O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes: I – restrições aos direitos de: a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica; II – ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes”.

Letra d.

057. (2022/PREFEITURA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO – ES – GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Sobre a defesa do estado e das instituições democráticas, expressos pela Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que na vigência do estado de defesa:

- a) a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.
- b) a prisão de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

c) é vedada a incomunicabilidade do preso.

d) a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, com exame, indispensável, de corpo de delito a ser requisitado a autoridade policial.

e) a detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.



De acordo com o art. 136, § 3º, I, da CF/1988, “Na vigência do estado de defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, **facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial**”.

Letra d.

058. (2022/PREFEITURA DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO – RS – ELETRICISTA) O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública são atribuições constitucionais da Polícia:

a) Federal.

b) Militar.

c) Civil.

d) Rodoviária Federal.



Conforme o art. 144, § 5º, da CF/1988, “Às **polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública**; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”.

Letra b.

059. (2022/PC-RO – ESCRIVÃO DE POLÍCIA) De acordo com o texto constitucional, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública cabem à(s)

a) polícias civis.

b) polícias penais.

c) Polícia Rodoviária Federal.

d) polícias militares.

e) Polícia Federal.



É o que determina o art. 144, § 5º, da CF/1988.

Letra d.

060. (2022/PREFEITURA DE PARANATAMA – PE – GUARDA MUNICIPAL) De acordo com a Constituição Federal de 1988 a competência de apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas é:

- a) Da Guarda Civil Municipal.
- b) Da Polícia Civil.
- c) Do Ministério Público.
- d) Da Polícia Militar.
- e) Da Polícia Federal.



À luz do art. 144, § 1º, I, da CF/1988, “A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: **apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas**, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei”.

Letra e.

061. (2022/PC-GO – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Na medida em que a Constituição Federal, nos moldes do Direito Constitucional brasileiro, se dedica ao tratamento jurídico-político de questões tidas como constitucionalmente essenciais para a sociedade, o texto constitucional brasileiro conta com capítulo específico dedicado à Segurança Pública. Nesse particular, a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Em relação a esse tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A polícia federal e a polícia rodoviária federal destinam-se a exercer as funções de polícia judiciária da União.
- b) Incumbe a execução de atividades de defesa civil aos corpos de bombeiros militares.
- c) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- d) Compete à polícia federal apurar infrações contra a ordem política bem como exercer funções de polícia marítima.
- e) A remuneração dos servidores policiais elencados no art. 144 da Constituição Federal se dá obrigatoriamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação.



De acordo com o art. 144, § 1º, IV, da CF/1988, compete à **Polícia Federal** exercer, **com exclusividade**, as funções de polícia judiciária da União”.

Letra a.

062. (2022/CÂMARA DE PARAUAPEBAS – PA – AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA) Nos termos do Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Acerca do tratamento dado pela Carta Magna ao assunto, é correto afirmar que:

- a) As guardas municipais objetivam a proteção de bens, serviços e instalações municipais, bem como a apuração de infrações penais, conforme dispuser a lei.
- b) A polícia federal, dentre outras atribuições, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social e exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- c) As Constituições Estaduais poderão criar órgãos próprios da segurança pública no âmbito do Estado, além daqueles previstos na Constituição Federal, como é o caso, por exemplo, das Polícias Científicas.
- d) As polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, estão previstas como órgão de segurança pública na Constituição desde sua promulgação original em 1988.



De acordo com o art. 144, § 1º, da CF/1988, “A **polícia federal**, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, **destina-se a:** I – **apurar infrações penais contra a ordem política e social** ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV – **exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União**”.

Letra b.

063. (2022/POLÍCIA CIENTÍFICA – SC – AUXILIAR CRIMINALÍSTICO) Assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- a) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços, instalações e ao policiamento ostensivo.
- b) Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- c) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais e o exercício das funções de polícia judiciária.

d) A polícia ferroviária nacional, órgão permanente, organizado e mantido pelo Poder Executivo e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais, estaduais e municipais.

e) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária, federal e estadual, e a apuração de infrações penais.



Segundo o art. 144, § 5º, da CF/1988, “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos **corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil**”.

Letra b.

064. (2022/DPE-MT – ANALISTA – ADVOGADO) Relativamente à segurança pública, como tal prevista na Constituição Federal da República, assinale a alternativa **incorreta**.

a) Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil

b) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública

c) Compete às polícias civis, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares

d) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais



Conforme o art. 144, § 2º, da CF/1988, “A **polícia rodoviária federal**, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”.

Letra d.

065. (2022/PC-RO – DELEGADO DE POLÍCIA) A decretação do estado de defesa, de acordo com o disposto na CF, autoriza a adoção das medidas de

a) intervenção nas empresas de serviços públicos.

b) incomunicabilidade do preso.

c) busca e apreensão em domicílios.

d) obrigação de permanência em localidade determinada.

e) restrição ao direito de sigilo de comunicação telefônica.



De acordo com o art. 136, § 1º, I, da CF/1988, “O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, **as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:** I –

restrições aos direitos de: a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; c) **sigilo de comunicação telegráfica e telefônica**".

Letra e.

066. (2022/PC-RO – DELEGADO DE POLÍCIA) Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), incumbe(m) à Polícia Civil

- a) a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- b) as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais.
- c) a segurança dos estabelecimentos penais.
- d) apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- e) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.



Segundo o art. 144, § 4º, da CF/1988, "Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, **as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais**, exceto as militares".

Letra b.

067. (2022/PC-RO – TÉCNICO EM NECROPSIA) Conforme a Constituição Federal de 1988, a preservação da ordem pública, as funções de polícia judiciária do Estado, a segurança dos estabelecimentos penais estaduais e as funções de polícia de fronteiras incumbem, respectivamente, à

- a) polícia federal, à polícia militar, à polícia civil e à polícia militar.
- b) polícia federal, à polícia civil, à polícia penal e à polícia militar.
- c) polícia militar, à polícia civil, à polícia penal e à polícia federal.
- d) polícia civil, à polícia federal, à polícia militar e à polícia federal.
- e) polícia penal, à polícia civil, à polícia militar e à polícia federal.



É o que dispõem os parágrafos 1º, 4º, 5º e 5º-A do art. 144 da CF/1988, vejamos:

Art. 144,

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de **polícia** marítima, aeroportuária e **de fronteiras**;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

[...]

§ 4º **Às polícias civis**, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as **funções de polícia judiciária** e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º **Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública**; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 5º-A. **Às polícias penais**, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, **cabe a segurança dos estabelecimentos penais**.

Letra c.

068. (2022/PREFEITURA DE OEIRAS – PI – AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO) Acerca da Segurança Pública, prevista pelo Art. 144, da Constituição Federal, assinale a opção INCORRETA.

a) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

b) Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

c) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e estaduais.

d) A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

e) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.



Segundo o art. 144, § 2º, da CF/1988, “A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias **federais**”.

Letra c.

069. (2022/PREFEITURA DE SÃO PAULO – SP – GUARDA CIVIL METROPOLITANO) Conforme dispõe a Constituição Federal Brasileira de 1988, integram órgãos da segurança pública, EXCETO:

a) policiais civis.

b) policiais federais.

- c) policiais rodoviários federais.
- d) agentes socioeducativos.
- e) bombeiros militares.



A única alternativa que não encontra amparo no art. 144 é a letra "d".

Letra d.

070. (2022/PREFEITURA DE SÃO PAULO – SP – GUARDA CIVIL METROPOLITANO) Segundo o texto constitucional, as Guardas municipais serão constituídas pelos Municípios com o fim de:

- a) exercício da segurança viária.
- b) exercício das funções de polícia judiciária.
- c) proteção de seus bens, serviços e instalações.
- d) servir como forças auxiliares e reserva do Exército.
- e) administrar o sistema penal da unidade federativa a que pertencem.



De acordo com o art. 144, § 8º, da CF/1988, "Os Municípios poderão constituir guardas municipais **destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações**, conforme dispuser a lei".

Letra c.

071. (2022/PREFEITURA DE OSASCO – SP – GUARDA CIVIL MUNICIPAL – 3ª CLASSE) Nos termos da Constituição Federal, incumbe a apuração das infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União à polícia

- a) civil do Distrito Federal.
- b) militar do Distrito Federal.
- c) federal.
- d) rodoviária federal.
- e) penal da União.



É o que estabelece o art. 144, § 1º, I, da CF/1988.

Letra c.

072. (FGV/2022/OAB/EXAME DA ORDEM UNIFICADO XXXVI/PRIMEIRA FASE) Dois Estados de determinada região do Brasil foram atingidos por chuvas de tal magnitude que o fenômeno foi identificado como calamidade de grandes proporções na natureza. A ocorrência gerou

graves ameaças à ordem pública, e o Presidente da República, após ouvir o Conselho da República e o de Defesa Nacional, decretou o estado de defesa, a fim de restabelecer a paz social. No decreto instituidor, indicou, como medida coercitiva, a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos dos Estados atingidos, sem direito a qualquer ressarcimento ou indenização por danos e custos decorrentes. Segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, no caso em análise,

- a) houve violação ao princípio federativo, já que o uso e a ocupação em tela importam em violação à autonomia dos Estados atingidos pela calamidade natural de grandes proporções.
- b) a medida coercitiva é constitucional, pois a decretação de estado de defesa confere à União poderes amplos para combater, durante um prazo máximo de noventa dias, as causas geradoras da crise.
- c) a medida coercitiva em tela viola a ordem constitucional, pois a União deve ser responsabilizada pelos danos e custos decorrentes da ocupação e uso temporário de bens e serviços de outros entes.
- d) a medida coercitiva, nos termos acima apresentados, somente será constitucional se houver prévia e expressa autorização de ambas as casas do Congresso Nacional.



Conforme o art. 136, § 1º, da CF/1988, “O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes: I – restrições aos direitos de: a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica; II – ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, **respondendo a União pelos danos e custos decorrentes**”.

Letra c.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

